



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Ana Rita Afonso Rua

LITERATURA DA DITADURA: O CASO DE *O QUE É ISSO, COMPANHEIRO?*

Dissertação de Mestrado em Literatura de Língua Portuguesa, orientada pelo
Professor Doutor Osvaldo Manuel Alves Pereira Silvestre, apresentada ao
Departamento Línguas, Literaturas e Culturas da Faculdade de Letras da Universidade
de Coimbra

outubro de 2022

FACULDADE DE LETRAS

LITERATURA DA DITADURA: O CASO DE *O QUE É ISSO, COMPANHEIRO?*

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Dissertação
Título	Literatura da Ditadura: O caso de <i>O que é isso, companheiro?</i>
Autor/a	Ana Rita Afonso Rua
Orientador/a(s)	Osvaldo Manuel Alves Pereira Silvestre
Júri	Presidente: Doutora Maria do Rosário Prata Ferreira dos Santos Vogais: 1. Doutor Alberto Sismondini 2. Doutor Osvaldo Manuel Alves Pereira Silvestre
Identificação do Curso	2º Ciclo em Literatura de Língua Portuguesa
Área científica	Literatura de Língua Portuguesa
Data da defesa	17-10-2022
Classificação	17 valores

1 2 9 0



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Agradecimentos

Esta dissertação resultou de grande esforço e superação pessoal, contudo a sua concretização dependeu em grande medida do apoio incondicional da minha família e daqueles com quem tive a sorte de me cruzar durante o meu percurso académico.

Em primeiro lugar, agradeço ao Professor Doutor Osvaldo Manuel Silvestre, não só a supervisão, aconselhamento e dedicação que permitiram a chegada ao final desta etapa, mas também o gosto que me despertou pela literatura brasileira, nessa unidade curricular que frequentei durante a licenciatura. Deixo também uma nota de apreço ao Professor Doutor João Paulo Avelãs Nunes e ao Professor Doutor João Figueira que me apoiaram nas suas respetivas áreas de estudo.

À minha família, agradeço a educação voltada para a sensibilidade para as letras, a importância da curiosidade e espírito crítico, elementos fulcrais para um bom percurso como estudante e profissional. Expresso o meu profundo agradecimento aos meus pais, pelo incentivo à continuidade dos estudos, pela possibilidade de me proporcionarem essa mesma continuidade, o carinho e o apoio incondicionais.

Ao Bernardo, agradeço a paciência, o apoio constante e por acreditar em mim em momentos em que eu não o consigo fazer. Por último, deixo uma palavra de carinho e amizade à Rita Simões e à Raquel Branco, sem as quais o meu percurso académico seria muito mais nublado e por materializarem os valores de amizade em que acredito. Aos restantes colegas de curso, obrigado por viverem comigo esta experiência de estudante da Universidade de Coimbra.

Resumo

A presente dissertação pretende analisar as produções de testemunho redigidas por guerrilheiros urbanos no contexto da ditadura militar brasileira, em particular através do estudo da obra *O que é isso, companheiro?* de Fernando Gabeira. O objetivo deste estudo consiste na problematização da possível existência de uma “literatura da ditadura” constituída por literatura de testemunho, autobiografia e com influências do jornalismo literário. A investigação constituiu-se, neste contexto, como um estudo de caso alicerçado numa abrangente interpretação teórica e cujo objetivo radica na demonstração que, de facto, existe uma “literatura da ditadura” no Brasil.

Para uma melhor compreensão da literatura do trauma, em que se insere a “literatura da ditadura”, procurou-se contextualizar a utilidade da literatura na *Era das Catástrofes*. Deste modo, esta dissertação percorre as várias correntes da literatura de testemunho, as produções do Holocausto e o *testimonio* hispano-americano, – numa tentativa de aplicação ao contexto brasileiro – articulando-as sempre que possível com a autobiografia. Nesta abordagem teórica enaltece-se o contributo do jornalismo num contexto de regimes ditatoriais, o modo como foi aplicado no Brasil o romance-reportagem e a distinção entre este e “literatura da ditadura”.

Com efeito, este estudo propõe que a “literatura da ditadura” pode caracterizar-se como uma literatura de denúncia, especificamente, contra o regime militar brasileiro e que através da articulação do testemunho com a autobiografia – suas componentes principais – representa as funções que a literatura pode cumprir na *Era das Catástrofes*, nomeadamente a recuperação de discursos oprimidos, tal como sucede com a literatura de testemunho produzida pelos sobreviventes do Holocausto e com o *testimonio* hispano-americano.

Palavras-chave: Brasil; Ditadura Militar; Literatura da Ditadura; Literatura de Testemunho; Autobiografia

Abstract

The present dissertation intends to analyze the testimonial productions written by urban guerrilla fighters in the context of the Brazilian military dictatorship, in particular through the study of the book *O que é isso, companheiro?* by Fernando Gabeira. The aim of this study is to discuss the possible existence of a “literature of dictatorship” consisting of testimonial literature, autobiography and influenced by literary journalism. The investigation was constituted, in this context, as a case study based on a comprehensive theoretical interpretation

and whose objective is to demonstrate that, in fact, there is a “literature of dictatorship” in Brazil.

For a better understanding of trauma literature, in which the “literature of dictatorship” is inserted, this study tries to contextualize the usefulness of literature in the *Age of Disasters*. In this way, this dissertation covers the various currents of testimonial literature, the productions of the Holocaust and the Hispanic-American *testimonio*, – in an attempt to apply them to the Brazilian context – articulating them whenever possible with autobiography. In this theoretical approach, there is a highlight of the contribution of journalism in a context of dictatorial regimes, the way in which the novel-report was applied in Brazil and the distinction between it and “literature of dictatorship”.

In fact, this study proposes that the “literature of dictatorship” can be characterized as a literature of denunciation, specifically, against the Brazilian military regime and that through the articulation of testimony with autobiography – its main components – it represents the functions that the literature can fulfill in the *Age of Disasters*, namely the recovery of oppressed discourses, as is the case of the testimonial literature produced by Holocaust survivors and the Hispanic-American *testimonio*.

Keywords: Brazil; Military Dictatorship; Literature of dictatorship; Testimony; Autobiography

Índice

Introdução	1
Capítulo 1. Contexto histórico	4
1.1 Ditadura Militar (1964-1985).....	4
1.2. EUA, Brasil e Ditadura Militar.....	16
Capítulo 2. Enquadramento Teórico	18
2.1 Era das Catástrofes e Literatura.....	18
2.2 Literatura de Testemunho: <i>testimonio</i> , estudos do holocausto e relação com a produção brasileira.....	23
2.3. Problemática da Autobiografia.....	29
2.4. Literatura da Ditadura: Entre o testemunho e a autobiografia.....	34
2.5. Jornalismo e Ditadura Militar.....	36
2.6. Jornalismo e Literatura: Formação do jornalismo literário, advento do romance-reportagem brasileiro e literatura da ditadura.....	39
Capítulo 3. Componente Prática	43
3.1. Sobre o autor.....	43
3.2. Sobre o livro.....	46
3.3. Recepção da obra.....	48
3.3. Afinal, o que é isso, companheiro?.....	51
Conclusão	60
Referências Bibliográficas	63

Introdução

Citando Antoine Compagnon, “a literatura deve (...) ser lida e estudada porque oferece um meio – alguns dirão até mesmo o único – de preservar e transmitir a experiência dos outros, aqueles que estão distantes de nós no espaço e no tempo, ou que diferem de nós por suas condições de vida.”¹ Seguindo esta linha de raciocínio, verifica-se uma relação intrínseca entre História e Literatura, que não deve ser negligenciada. Além disso, ao considerar que a Literatura tem o condão de conservação e exposição da experiência alheia, é possível afirmar que, deste modo, pode contribuir para transferir para o debate histórico elementos da realidade que, geralmente, não integram o discurso histórico hegemónico.

De facto, a literatura de testemunho, enquanto corrente composta por depoimentos individuais – ainda que representantes de uma experiência coletiva – que visam a denúncia de injustiças sociais e da violência extrema, pode contribuir para este reposicionamento da perspetiva histórica. Sendo uma escrita do trauma, a literatura testemunhal consubstancia mais do um documento histórico, é a expressão pessoal de dimensões da realidade que, pelo seu carácter desumano, merecem ser evidenciadas e lembradas.

Com efeito, no contexto brasileiro, é possível identificar um “subgénero” da literatura de testemunho, que pretende denunciar as atrocidades cometidas pelo regime, durante a vigência da Ditadura Militar (1964-1985). Este “subgénero” – a “literatura da ditadura” – corresponde um conjunto de obras composto por depoimentos, em primeira pessoa, de membros da esquerda brasileira, guerrilheiros urbanos que participaram em ações de luta armada contra o regime militar. Deste modo, sendo a “literatura da ditadura” constituída por relatos individuais, em primeira pessoa, o contributo da autobiografia enquanto base deste “subgénero” é inegável, uma vez que se considera o discurso autobiográfico uma narrativa individual que uma pessoa real, que é simultaneamente autor, narrador e protagonista, constrói sobre a sua própria vida.

Por seu turno, o jornalismo é uma dimensão ativa na construção da realidade e ao noticiar a atualidade, o discurso jornalístico contribui para a conceção pessoal de um modelo de realidade. Neste sentido, este é um discurso facilmente manipulável em contextos de regimes ditatoriais, em que a elite pretende enviesar, a seu favor, a opinião pública. Porém, comprometido com uma missão informativa imparcial, o jornalismo tem uma vertente de denúncia e combate, pelo que o surgimento de meios de informação alternativos ao discurso

¹ Compagnon, Antoine – *Literatura para quê?*, 2009, Belo Horizonte: UFMG, p. 47.

oficial é comum em contextos de repressão. No Brasil, além destes *media* alternativos, nasceu o romance-reportagem – inspirado no jornalismo literário norte-americano – como forma de informar o público acerca de assuntos censurados nas redações, mas que, em formato literário, não sofriam repressão. Apesar de não se considerar o jornalismo literário um elemento basilar da “literatura da ditadura”, é possível problematizar as suas influências neste “subgênero”. Sendo que o jornalismo literário visa também a denúncia e, tendo em mente o facto de alguns “escritores da ditadura” terem contactado com o jornalismo, ou até exercido a profissão e, portanto, conhecerem bem os mecanismos do discurso jornalístico e o modo como relacioná-lo com o discurso literário, torna-se evidente que este é potencialmente um componente integrante da “literatura da ditadura”. Além disso, sendo o romance-reportagem um “gênero” comum na época, é também um fator a considerar.

Pelo exposto, nesta dissertação optou-se por um tema que tem a virtude de evidenciar esta possibilidade de considerar a Literatura como espaço de resgate da memória, da empatia e de vozes oprimidas, no âmbito da produção literária brasileira. Neste sentido, tenciona-se responder à seguinte questão de investigação:

- É possível afirmar a existência de uma “literatura da ditadura”, no contexto brasileiro?

Tendo como vetor orientador esta questão, pretende-se obter uma conclusão empiricamente válida, almejando o seguinte objetivo:

- Analisar os mecanismos da literatura de testemunho, da autobiografia e do jornalismo literário, para se poder afirmar que a “literatura da ditadura” tem como bases fundamentais as duas primeiras vertentes e contém influências da terceira.

Com a finalidade de demonstração prática das interrogações teóricas, o estudo de caso foi a abordagem metodológica adotada pelo presente estudo por se considerar o método mais adequado para a demonstração da existência e formulação de um “subgênero” literário. Assim sendo, pretende-se caracterizar a obra de Fernando Gabeira *O que é isso, companheiro?*, procurando esclarecer se, adotando a obra como exemplo principal, é possível considerar a “literatura da ditadura” como um “subgênero” híbrido entre literatura de testemunho, a autobiografia, com contaminações do jornalismo literário.

Relativamente à construção formal desta dissertação, ela inclui, para além da introdução, conclusão, e bibliografia consultada, três capítulos, organizados em vários subcapítulos com o objetivo de promover a fluência e coerência do texto. O primeiro reporta-se à contextualização

do momento histórico retratado na obra, o segundo à componente teórica da investigação e o terceiro remete para a aplicação prática.

Com efeito, procedeu-se à contextualização histórica do período da ditadura militar brasileira, com vista à plena compreensão dos acontecimentos abordados no livro, relacionando-a com outras obras inseridas no âmbito da “literatura da ditadura”. Este capítulo inclui ainda um breve subcapítulo sobre a relação entre os Estados Unidos da América com o Brasil, na lógica da Guerra Fria, com o propósito de expor o impacto deste conflito no Brasil.

Posteriormente, o segundo capítulo – o enquadramento teórico da investigação – divide-se em seis subcapítulos: “*Era das Catástrofes e Literatura*”; “Literatura de testemunho: *testimonio*, estudos do Holocausto e relação com a produção brasileira”; “Problemática da autobiografia”; “Literatura da ditadura: entre o testemunho e a autobiografia”; “Jornalismo e literatura”; e por fim, “Jornalismo e literatura: formação do jornalismo literário, advento do romance-reportagem brasileiro e literatura da ditadura.” Assim, pretendeu-se introduzir a importância da literatura testemunhal num contexto de violência desmedida, seguindo-se uma caracterização das várias correntes do testemunho, numa tentativa de articulação com a autobiografia, com a finalidade de possibilitar a afirmação destas duas vertentes como fulcrais na “literatura da ditadura.” Caracterizou-se, ainda, o papel do jornalismo num contexto ditatorial para introduzir o romance-reportagem e as influências do *New Journalism* na “literatura da ditadura.”

Por fim, o terceiro capítulo contempla a aplicação prática da dimensão de investigação do presente estudo. Deste modo, este capítulo inicia-se com considerações sobre o autor, a obra e a sua receção, dado que se consideram elementos cruciais para contextualização do livro e para a perceção do leitor da importância de *O que é isso, companheiro?* e do seu autor, Fernando Gabeira, no panorama cultural brasileiro e no período da publicação do texto. Segue-se, com efeito, a demonstração da articulação do estudo da literatura de testemunho com a autobiografia como as bases da “literatura da ditadura” e a aproximação ao jornalismo literário como componente com decisiva influência neste “subgénero”.

Capítulo 1. Contexto histórico

1.1 Ditadura Militar (1964-1985)

A caracterização de um género literário num determinado período de tempo implica, incontornavelmente, a compreensão da correspondente realidade política, económica, social e cultural, ou seja, da História. De outra forma, este exercício seria anacrónico e, inevitavelmente, estéril e desprovido de significado. Como tal, e no contexto deste trabalho – ainda que apenas relativo a um “subgénero” da literatura – é imprescindível retratar a sociedade brasileira nas dimensões já mencionadas, durante a vigência da Ditadura Militar (1964-85), numa perspetiva histórica articulada com a dimensão literária em estudo.

De acordo com Boris Fausto, o objetivo do golpe de 1964 seria “livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia”². Em nome da democracia e da liberdade, os agentes do golpe agiram contra o governo de João Goulart que entendiam ser subversivo, comunista e autoritário e que, de acordo com esta visão, estaria a corromper a sociedade brasileira. Ainda da perspetiva deste grupo, estaria em marcha uma revolução que iniciaria uma “república sindicalista”³. No fundo, o regime resultante do golpe residia num paradoxo, pois implantou-se um sistema ditatorial como resposta a uma situação aparentemente antidemocrática, ou, nas palavras de Alfredo Syrakis, “os militares, que haviam tomado o poder para defender a democracia, estavam dispostos a continuar exercendo-o, sem consulta ao povo e afastar todos os líderes civis (...)”⁴.

Para abafar estas tendências consideradas como lesantes dos interesses do país, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a União Nacional de Estudantes (UNE) e outros movimentos sociais e sindicais foram considerados como “alvos prioritários da ação saneadora das forças interventivas”⁵. Contudo, ainda que hoje seja possível identificar que as classes trabalhadoras não tinham capacidade para se insurgir, o receio das elites de que uma suposta revolução estivesse em marcha não era totalmente descabido, atendendo que, efetivamente, existem factos que suportam esse temor. Neste sentido, destaca-

² Fausto, Boris – *História do Brasil*, São Paulo, Edusp: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1997, p. 462.

³ Lemos, Renato Luís do Couto – “Contra-revolução, ditadura e democracia no Brasil” in Silva, Carla Luciana, Calil, Gilberto Grassi, Silva, Marco António Both da (coords.) *Ditaduras e democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)*, Porto Alegre: FMC Editora, 2014, p.73.

⁴ Syrakis, Alfredo – *Os carbonários. Memórias da guerrilha perdida*, São Paulo: Global Editora, 1980, p. 25.

⁵ Padrós, Enrique Serra – “Ditadura Brasileira: Reflexões e polémicas no cinquentenário do golpe de Estado (em perspetiva conesulense)” in Dockhorn, Gilvan Veiga, Nunes, João Paulo Avelãs, Konrad, Diorge Alceno (coords.) *Brasil e Portugal. Ditaduras e transições para a democracia*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020, p. 74.

se a presença de comunistas nas lideranças estudantis⁶, os movimentos populares e o descontentamento dos militares de baixa patente que, aliás, foi acolhido pelo governo. A combinação destes dois últimos fatores constituiu um alicerce importante nos países em que a revolução comunista triunfou, sendo, ainda assim, uma condição insuficiente. Na verdade, no Brasil não existia um partido devidamente orientado e organizado para uma revolução, o que diverge da realidade dos países em que o comunismo foi implantado – como por exemplo, a Rússia e a China⁷. De facto, Fernando Gabeira relata um episódio em que armas destinadas à resistência não foram entregues, expondo esta realidade, questionando “de que adiantavam as armas se os principais partidos políticos não tinham tensionado suas forças para resistir?”.⁸ Ainda assim, é relevante notar que a classe prevalecente, toldada pela visão anticomunista, distorcia os objetivos dos comunistas e a sua real capacidade de ação.⁹

Em bom rigor, os conspiradores sabiam que Goulart não tinha como objetivo a difusão da cartilha comunista, mas, denunciando as relações que este mantinha entre o PTB e o PC, manipularam a opinião pública, fazendo crer a população que os seus ideais estariam alinhados e que o governo de Goulart teria ligações à União Soviética, o que também não se verificava. Além disso, surgiram ações de propaganda contra João Goulart no sentido de o descredibilizar e fabricar um carácter antidemocrático do seu governo, ideia veiculada pelos conspiradores do golpe.¹⁰ Esta campanha mediática foi suportada pela compra de espaços nos grandes jornais, contratação de jornalistas e outras figuras de destaque ligadas ao interesse das classes dominantes¹¹, servindo o propósito de plantar, na opinião pública, a sensação de que o golpe seria moralmente justificável, não só devido à aparente natureza antidemocrática do Executivo, mas também ao “cenário de caos administrativo, imprevisibilidade política, crise económica e agitação social”¹². De facto, de acordo com Toledo,

Liberais e conservadores atribuem ao período e ao governo apenas aspetos negativos e perversos: «baderna política», «crise de autoridade» e «caos administrativo»; inflação descontrolada e recessão económica; quebra da hierarquia e indisciplina das forças armadas; «subversão» da lei da ordem e avanços das forças de esquerda e comunistas etc.¹³

⁶ Cf. Motta, Rodrigo Patto Sá – *Universidades e o regime militar*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2014, p.24.

⁷ Cf. Lemos, Renato Luís do Couto – *op. cit.*, p. 73.

⁸ Gabeira, Fernando – *O que é isso, companheiro?*, Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2016, p.15.

⁹ Cf. Lemos, Renato Luís do Couto – *op. cit.*, p.73.

¹⁰ Cf. Gabeira, Fernando – *op. cit.*, p.27.

¹¹ Cf. Padrós, Enrique Serra – *op. cit.*, p. 80.

¹² Dockhorn, Gilvan Veiga – “A transição no Brasil como redefinição do Estado autoritário” in Dockhorn, Gilvan Veiga, Nunes, João Paulo Avelãs, Konrad, Diorge Alceno (coords.) *Brasil e Portugal. Ditaduras e transições para a democracia*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020, p. 12.

¹³ Toledo, Caio Navarro de – “1964: O golpe contra as reformas e a democracia” in *Revista Brasileira de História*, Associação Nacional de História, 2004, p. 13.

Porém, como referem Schwarcz e Starling, aquando da chegada de Goulart ao poder, a economia brasileira já se encontrava descontrolada¹⁴, registando um surto inflacionário, bem como uma elevada dívida externa, fenómenos que não podem ser totalmente imputados ao governo João Goulart. Além disso, no que concerne ao caos administrativo, deve-se referir que a ação do Presidente estava bastante restringida, devido ao parlamentarismo, o qual “dava força ao Legislativo sem deixar espaço de ação ao Executivo.”¹⁵ Relativamente à propaganda contra o governo de João Goulart, é de realçar a importância do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes), organismo que funcionou como difusor de propaganda contra este governo, reunindo um grupo com interesses próprios, cujos membros estavam entre os conjuradores do golpe e colaboradores do regime inaugurado em 1964.¹⁶ Também foi este Instituto que promoveu a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, revelando o seu descontentamento para com o Presidente e repudiando o comunismo. A 8 de junho de 1964, novamente, a população “marchou com Deus contra João Goulart (...) para comemorar a vitória do golpe que depôs o seu governo.”¹⁷ Por outro lado, como demonstração da visão governativa de João Goulart, Fernando Gabeira lembra a figura de Raul Ryff, secretário de imprensa do Executivo, afirmando que após diálogos entre ambos, transparecia a ideia que “havia excelentes intenções, no sentido de melhorar a condição de vida das pessoas, de aplicar uma política externa aberta para as transformações que o mundo vivia naquele instante.”¹⁸

Em bom rigor, o governo de João Goulart entrava em conflito com os interesses das elites, incomodando a grande burguesia e a oligarquia agrária, como refere Enrique Serra Padrós. “A radicalização política imputada ao governo” devia-se ao receio de que as organizações e movimentos sociais interferissem no poder decisório sobre o processo das Reformas de Base.¹⁹ Por outro lado, existia uma tensão entre os altos quadros das Forças Armadas e o governo, em virtude de este ter atendido a reivindicações dos oficiais de baixa patente, o que, segundo aqueles, poderia colocar em causa a legitimidade da instituição²⁰.

Além disso, a experiência democrática, iniciada em 1945, correspondeu a um período de amadurecimento democrático e, como seria expectável, pautado por uma relativa falta de consistência, situação que ajuda a explicar que determinados setores da sociedade

¹⁴ Schwarcz, Lilia Muritz, Starling, Heloisa Murgel – *Brasil: Uma Biografia*, Lisboa: Temas e debates – Círculo de Leitores, 2015, p. 444.

¹⁵ *Idem*, p. 444.

¹⁶ *Idem*, p. 448.

¹⁷ *Idem*, p. 452.

¹⁸ Gabeira, Fernando – *op. cit.*, p. 28.

¹⁹ Padrós, Enrique Serra – *op. cit.*, p. 79.

²⁰ Padrós, Enrique Serra – *op. cit.*, p. 79-80.

considerassem que esta “estrutura política implantada após o Estado Novo seria um obstáculo à estabilidade política, económica e à afirmação da democracia”²¹. Por isso, para os agentes do golpe, não bastava a mera substituição do governo, era necessário reorganizar as estruturas do Estado visando a aplicação de medidas de reequilíbrio do país que deveriam garantir uma “efetiva fase de experimento democrático”²². Contudo, nem todos os apoiantes do golpe defendiam uma ditadura, almejando apenas um afastamento da esquerda que consideravam radical²³.

Com efeito, o regime pós-golpe iniciou o processo de alteração das estruturas do país através de Atos Institucionais (AI). O AI-1, com vigência até 31 de janeiro de 1966, tinha como objetivo limitar a ação do Congresso e reforçar o poder do Executivo, suspender imunidades parlamentares e cassar mandatos quer a nível municipal, estadual e federal²⁴, “perfazendo quatrocentas cassações até março de 1967.”²⁵ Criou também os Inquéritos Policial-Militares (IPMs) que sujeitavam os suspeitos de crimes contra a ordem política e social. Este mecanismo, contudo, já existia no plano da Justiça Militar, não foi uma inovação do regime. No fundo, os inquéritos em questão, materializaram uma convergência com os interesses da chamada “linha-dura” – facção mais autoritária das Forças Armadas que defendia um controlo militar mais restritivo dos centros de poder decisório –, uma vez que se limitavam a investigações cujas conclusões deveriam ser devolvidas ao poder Judiciário.²⁶ Este Ato Institucional estabeleceu ainda a eleição de um novo Presidente da República, por votação indireta do Congresso Nacional. Foi então eleito o general Humberto de Alencar Castelo Branco, cujo mandato vigorou de 15 de abril de 1964 até 31 de janeiro de 1966.²⁷

O governo Castelo Branco pretendia instituir uma “democracia restringida”, após as intervenções previstas pelo AI-1. No plano económico, de acordo com Boris Fausto, a prioridade seria a reforma do sistema capitalista, com o intuito de minimizar a ameaça comunista. Neste contexto, visou-se reequilibrar a intrincada situação económico-financeira do país herdada do governo de Goulart, e os ministros do Planeamento (Roberto Campos) e da Fazenda (Otávio Gouveia de Bulhões) criaram o Plano de Ação Económica do Governo (PAEG). É premente salientar que o sucesso do PAEG dependeu da natureza do regime, isto é, foi o carácter autoritário do regime que permitiu a adoção de medidas que, procurando a

²¹ Dockhorn, Gilvan Veiga – *op. cit.*, p.12.

²² Dockhorn, Gilvan Veiga – *op. cit.*, pp.12 – 13.

²³ Motta, Rodrigo Sá Patto – *op. cit.*, p.34.

²⁴ Fausto, Boris – *op. cit.*, p. 462.

²⁵ Schwarcz, Lília Moritz, Starling, Heloisa Murgel – *op. cit.*, p. 455.

²⁶ Motta, Rodrigo Sá Patto – *op. cit.*, p.50.

²⁷ Cf. Fausto Boris – *op. cit.*, p. 469.

estabilização financeira, acarretaram um aumento da carga fiscal, cortes de subsídios e de salários que desembocaram na redução de poder de compra, em particular da classe trabalhadora, sem que esta tivesse possibilidade de expressar o seu desagrado ou resistir à sua implementação.²⁸

Por outro lado, o entusiasmo com a revolução começava a desvanecer, mesmo nas camadas favoráveis ao Golpe, obrigando o governo a conceber novos artifícios para garantir a lealdade das suas bases de apoio. Deste modo,

entre 1964 e 1968, o regime implementou um conjunto de ações que garantiam a estruturação de uma base política, social e económica, gerando uma previsibilidade política a qual garantiria a efetivação do projeto modernizante-conservador definido pelo bloco dominante. O regime civil-militar desdobrou-se em contínuas e descontínuas construções e reconstruções, definições e redefinições políticas, táticas e estratégicas.²⁹

Com efeito, os Atos Institucionais nº 2, 3 e 4 espelham estas práticas e serviam o propósito de responder às pressões de segmentos da própria instituição militar que pretendiam terminar com a imprevisibilidade política, característica definidora de uma democracia. A título exemplificativo, nesta matéria, procedeu-se à substituição do sistema multipartidário por um bipartidário (figurando o texto do AI-2) – a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) composta por indivíduos favoráveis ao regime e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que agregava os membros da oposição – e determinou-se o término das eleições diretas que foi encarado pela população com algum conformismo.³⁰ Em 1966, assistia-se à emergência da oposição, destacando-se a ação de grupos de esquerda, mas também o papel de alguns membros da Igreja e, paralelamente, à reorganização dos estudantes na UNE, na clandestinidade. Em 1968, o movimento estudantil (ME) adquire maior visibilidade. “Os estudantes também estavam tentando resistir. Só que na faculdade de direito, no Rio, (...) Vladimir Palmeira, que em 1968 era o grande líder do movimento estudantil, contou que eram mais de 300.”³¹ No mesmo ano, a morte do estudante Edson Luís, pela Polícia Militar, no decorrer de um protesto, que terminou na Assembleia Legislativa, local para onde os protestantes levaram o corpo “ainda quente nas mãos e alguém perguntou: «Pra onde levar esse cadáver?»”³². O autor reforça ainda que este episódio foi determinante, pois deste modo não havia como negar o acontecimento.³³

²⁸ Cf. Fausto, Boris – *op. cit.*, pp. 470 – 471.

²⁹ Dockhorn, Gilvan Veiga – *op. cit.*, p.10.

³⁰ Gabeira, Fernando – *op. cit.* P. 27.

³¹ Gabeira, Fernando – *op. cit.*, p.15.

³² *Idem*, p. 55

³³ Cf. Gabeira, Fernando – *op. cit.*, p. 67

Este assassinato provocou indignação e conseqüentemente mais mobilizações nas ruas que abrangeram também membros da Igreja e da classe média, como os casos, da passeata dos 100 mil, ou do próprio funeral do estudante. Sobre este aspeto, Renato Tapajós descreve o ambiente em que decorreu o homicídio:

Gente corria de todos os lados, o saguão, a porta começavam a ficar superlotados (...) diziam que um secundarista tinha sido morto. Parece que o menino tentava subir na construção, procurando um lugar para soltar rojões, quando tinha sido atingido por tiros disparados do telhado do Mackenzie.³⁴

O movimento estudantil beneficiou, igualmente, do apoio de um grupo de frades dominicanos formados na USP. Deste modo, o grupo contactou diretamente com o movimento dos estudantes e o seu “ardor apostólico ganhou uma conotação nitidamente militante”³⁵. Estes frades tornaram-se um suporte do ME, cedendo espaços para reuniões e acolhendo materiais dos estudantes.³⁶

Por outro lado, começavam a surgir grupos de esquerda fundados pela opinião de que apenas a luta armada seria viável para pôr fim ao regime militar. Contudo, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) opunha-se a esta posição, gerando, desse modo, por via de cisões internas, o nascimento de novos movimentos, como a Aliança de Libertação Nacional (ALN), fundada por Carlos Marighella – “um racha do velho PCB que optara pela linha do Che. Era quem fazia a maioria dos assaltos a bancos em São Paulo.”³⁷ –, o Partido Comunista Brasileiro (PCBR), o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). A Ação Popular (AP), movimento de esquerda de inspiração cristã, já seguira o caminho da luta armada. Por seu turno, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) focou-se na organização de guerrilhas no campo e desprezava o método de guerrilha urbana.³⁸ Novamente, grupo de frades supramencionado apoiou estas organizações de guerrilha urbana, sobretudo a ALN.³⁹ A sua ação junto desta organização consistia, fundamentalmente, no acolhimento de feridos e perseguidos políticos, armazenamento de armas e levantamento de locais propícios para a guerrilha rural.⁴⁰ Como relata Frei Betto,

³⁴ Tapajós, Renato – *Em câmara lenta*, São Paulo: Alfa-Omega, 1977, p.34.

³⁵ Betto, Frei – *Diário de Fernando. Nos cárceres da ditadura militar brasileira*, Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p.32.

³⁶ *Idem*, p. 32.

³⁷ Syrkis, Alfredo – *op. cit.*, p. 93.

³⁸ Ghon, Maria da Glória – *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*, São Paulo: Edições Loyola, 1995, p.104.

³⁹ Betto, Frei – *op. cit.*, 2009, p. 11.

⁴⁰ *Idem*, p. 32.

Por ali passaram José Dirceu [presidente da União Estadual dos Estudantes], Luís Travassos [presidente da UNE], Vladimir Palmeira e sua mulher Ana Maria; militantes da ALN, da VPR, da ação popular, do MR-8, do PCB e do PCdoB.⁴¹

Estas dissidências do Partido Comunista resultavam de perspectivas fundamentalmente distintas relacionadas com “a luta contra o reformismo, a opção de diversos setores pela luta armada, a oposição dos velhos dirigentes”.⁴² As ações de luta armada iniciaram-se em 1968, estes grupos consideravam que “as tarefas realmente eficazes eram as de golpear diretamente o inimigo: expropriações e atentados.”⁴³ Neste período, ocorreram greves operárias, com particular destaque das greves da Contagem e a de Osasco, que uniram trabalhadores e estudantes⁴⁴. No plano político, “Lacerda tinha engolido o sapo final da sua turbulenta vida política, fora buscar diálogo com Jango [João Goulart] e JK [Juscelino Kubitschek]”⁴⁵, e terá formado a Frente Ampla para lutar pela redemocratização do país e afirmação dos direitos dos trabalhadores. Com efeito, a progressiva organização da oposição e o surgimento da luta armada fortaleciam a posição da linha-dura das Forças Armadas que considerava que a revolução murchava e, por esse motivo, era imprescindível a criação de novos meios para liquidar a subversão.⁴⁶ Acerca da necessidade da luta armada, Renato Tapajós relata uma cena em que um “companheiro” comunica aos operários que para derrubar a ditadura era “preciso recorrer à luta armada contra os patrões e contra o Exército que defendia os interesses dos reacionários e exploradores.”⁴⁷ Esta passagem também demonstra as classes que apoiavam o golpe.

É neste contexto que é decretado o AI-5, a 13 de dezembro de 1968, durante o mandato do general Artur Costa e Silva. De forma simplista, este AI decretava, tal como relata Tapajós, a “suspensão de *habeas corpus* para crimes políticos, recesso forçado do Congresso, novas cassações a critério do Presidente.”⁴⁸ Acresce o estabelecimento da prática da censura aos meios de comunicação, ideia, aliás, reforçada por Gabeira afirmando que “a censura à imprensa era total.”⁴⁹ Este novo AI, segundo Syrkis, significava que “Costa e Silva ia abrir as pernas prá «linha-dura»”⁵⁰, assistindo-se ao predomínio da “linha-dura”, “um golpe dentro do golpe”⁵¹ ou

⁴¹ Betto, Frei – *Batismo de Sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella*, Rio de Janeiro: Rocco, 2006, p. 80.

⁴² *Idem*, p. 81.

⁴³ Tapajós, Renato – *op. cit.*, p. 66.

⁴⁴ Cf. Schwarcz, Lilia Moritz, Starling, Heloisa Murgel – *op. cit.*, p. 459.

⁴⁵ Syrkis, Alfredo – *op. cit.*, p. 41.

⁴⁶ Cf. Fausto, Boris – *op. cit.*, p. 479.

⁴⁷ Tapajós, Renato – *op. cit.*, p. 68.

⁴⁸ *Idem*, p. 43.

⁴⁹ Gabeira, Fernando – *op. cit.*, p. 106.

⁵⁰ Syrkis, Alfredo – *op. cit.*, p. 86.

⁵¹ *Idem*, p.44.

“um golpe de misericórdia na caricatura de democracia.”⁵² Deste modo, como é habitual em regimes de tipo ditatorial, o poder confluía nos órgãos de informação e vigilância, manifestando-se um aumento do controlo político e social e da repressão preventiva e ativa, sendo que a tortura tornou-se um dos métodos distintivos do regime, alcançando níveis elevadíssimos de violência. De facto,

no Brasil, a prática da tortura política não foi fruto das ações incidentais de personalidades desequilibradas, e nessa constatação residem o escândalo e a dor. Era uma máquina de matar concebida para obedecer a uma lógica de combate: acabar com o inimigo antes que ele adquirisse capacidade de luta.⁵³

Até 1969, o Centro de Informação da Marinha (Cenimar) foi o órgão responsável por práticas de tortura. Fernando Gabeira atesta a eficácia deste órgão na recolha de informações: “a documentação recolhida no Cenimar, por exemplo, seria suficiente para contar a história da Ação Popular nos mínimos lances.”⁵⁴ Simultaneamente, surge em São Paulo a Operação Bandeirantes (Oban) veiculada ao II exército. A Oban deu lugar aos DOI-CODI: Destacamento de Operações e Informações e do Centro de Operações de defesa Interna. No mesmo ano, a Junta Militar toma o poder – na sequência de uma complicação de saúde de Costa e Silva –, numa clara violação da Constituição, em virtude da disposição que previa que, na impossibilidade do Presidente da República governar tomava posse o Vice-Presidente (Pedro Aleixo, neste caso). Tal como refere Fernando Gabeira, “a junta deu mais um golpe num país que estava se tornando uma vítima quase que cotidiana de transgressões das próprias leis que os militares impunham”⁵⁵. Deste modo, a junta decretou o AI-12, através do qual os ministros Lira Tavares, Augusto Rademaker e Márcio de Sousa e Melo assumem o poder Executivo. Todos estes fatores reforçaram a opinião dos grupos radicais de esquerda acerca da centralidade da luta armada. Sobre este fenómeno é particularmente esclarecedor verificar que apenas quatro dias após a subida ao poder da Junta Militar, a ALN e o MR-8 – os dois movimentos mantinham relações estreitas, apesar de diferenças ideológicas, o primeiro preconizando “uma revolução de libertação nacional”⁵⁶ e o segundo orientado para o socialismo – sequestram o embaixador dos Estados Unidos, reclamando pela sua segurança a libertação de presos políticos.⁵⁷

⁵² Gabeira, Fernando – *op. cit.*, p. 106.

⁵³ Schwarcz, Lilia Moritz, Starling, Heloisa Murgel – *op. cit.*, p. 468.

⁵⁴ Gabeira, Fernando – *op. cit.*, p. 157.

⁵⁵ *Idem.*, p. 130.

⁵⁶ *Idem.*, p. 130.

⁵⁷ Cf. Fausto, Boris – *op. cit.*, pp. 480-481.

Em meados de 1969, a Junta Militar convoca eleições e o general Emílio Garrastazu Médici e o ministro da Marinha Augusto Rademaker, são eleitos como Presidente e Vice-Presidente da República, respetivamente. É neste período que se observou um aumento das tentativas de neutralização da oposição. A luta armada entrou em declínio devido ao aumento da repressão, fenómeno patenteado na morte, a título ilustrativo, de Carlos Marighella em novembro de 1969, “atraído a uma cilada por elementos do Esquadrão da Morte e do DEOPS. Sérgio Fleury, destacado dirigente do grupo assassino Esquadrão da Morte, conta: Marighella foi atingido por quatro tiros, um dos quais, meu.”⁵⁸ Frei Betto salienta a perversidade de Fleury referindo que não guarda “a imagem de um policial; mais se assemelha a um personagem sádico de filme de terror, como se o sofrimento alheio, aliado à humilhação, lhe causasse prazer orgiástico”⁵⁹. A VPR encontrava-se bastante diluída em 1971, ainda antes da morte de Carlos Lamarca, “o ex-capitão que deixara o Exército para organizar as guerrilhas”⁶⁰, também assassinado pelo já referido Esquadrão da Morte. Além disso, o isolamento das guerrilhas longe dos centros urbanos, “sem apoio nem infra-estrutura”⁶¹, também foi um fator de peso para a decadência da luta armada. De facto, Fernando Gabeira analisa a situação, identificando o “isolamento social do MR-8 como a causa principal de sua queda.”⁶². Importa referir, noutro registo, que a propaganda também amenizara outros descontentamentos e deslumbrara a população com o “milagre económico brasileiro”, ou como refere Syrkis⁶³, “muita gente entrando na do milagre, o qual também fruto de propaganda do governo,

misturava, com a repressão aos opositores, a censura aos jornais e aos demais meios de comunicação, de modo a impedir a veiculação de críticas à política económica (...) e o crescimento da economia se fez acompanhar de um processo acentuada de concentração de renda, resultado de uma política salarial restritiva, em que os ganhos de produtividade não eram repassados para os trabalhadores.⁶⁴

Neste campo, teve relevo a Assessoria Especial de Relações Públicas – “que determinava o tom e os assuntos que se devia dizer”⁶⁵ – e a ação da TV Globo, que se transformou na voz do regime.⁶⁶

⁵⁸ Marighella, Carlos – *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos*, Assírio e Alvim, 1975, p.11.

⁵⁹ Betto, Frei – *op. cit.*, p. 17.

⁶⁰ Gabeira, Fernando – *O crepúsculo do macho*, Rio de Janeiro: Coderi, 2008, p.90.

⁶¹ Tapajós, Renato – *op. cit.*, p. 96.

⁶² Gabeira, Fernando – *op. cit.*, 2016, p.111

⁶³ Syrkis, Alfredo – *op. cit.*, p. 273.

⁶⁴ Schwarcz, Lilia Moritz, Starling, Heloisa Murgel – *op. cit.*, p. 460.

⁶⁵ Syrkis, Alfredo – *op. cit.*, p. 207.

⁶⁶ Cf. *Idem* pp. 482-484.

Avançando cronologicamente, foi no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) que se iniciou uma relativa abertura política, também denominada por distensão. O Presidente pretendia realizá-la de forma “lenta, gradual e segura”⁶⁷, para cumprir dois desígnios em simultâneo: não antagonizar radicalmente a linha-dura e mitigar a ascensão da oposição. Fausto sustenta que esta abertura deriva não só da pressão da oposição e da Igreja Católica, mas também da tensão entre Forças Armadas e o poder, relação que começava a ameaçar a instituição devido à violação de um dos pilares das FA, a hierarquia. Através da organização dos meios de vigilância arquitetados, um oficial de baixa patente poderia tomar decisões, sem a interferência e consentimento de um superior, suscitando o descontentamento das patentes mais altas. Apesar deste cenário de distúrbios internos, o governo permitiu que as eleições legislativas de 1979 decorressem com alguma liberdade, permitindo o acesso dos partidos aos meios de comunicação⁶⁸.

Geisel, tentando amenizar todas as pressões, conseguiu harmonizar medidas de abertura e com outras de natureza repressiva, as quais deveriam sanar os conflitos no interior das FA. São exemplos deste contraste, segundo Fausto, a suspensão da censura ao *O Estado de São Paulo* em 1975 e, posteriormente, à *Folha de São Paulo* e, no decurso do mesmo ano, no campo repressivo, a ocorrência de uma violenta repressão ao PCB, responsabilizado pela vitória do MDB⁶⁹. Em 1976, foi decretada a Lei Falcão que restringia o acesso dos candidatos municipais à rádio e à televisão e, em 1977, foi implementado o “Pacote de Abril”, um conjunto de medidas para conter a ascensão da oposição legal. Por sua vez, contrariando esta linha de ação, entrou em vigor, a 1 de janeiro de 1979, a emenda constitucional nº11 que revogava o AI-5, permitindo, desse modo, que os cidadãos voltassem a poder expressar-se com relativa liberdade⁷⁰. Não obstante, a repressão permanece presente, realidade que, aliada a contestações públicas de outros setores relevantes na sociedade, suscitou o ressurgimento de movimentos sociais, como por exemplo, a greve estudantil, a 19 de maio de 1977, no dia nacional de luta estudantil pela Anistia⁷¹. Com efeito, a ação desenvolvida pelos movimentos sociais e políticos de oposição, durante o período da ditadura⁷², foi determinante para o regresso da experiência democrática.

⁶⁷ *Idem*, p. 489.

⁶⁸ Cf. *Idem*, p.490.

⁶⁹ Cf. Fausto, Boris – *op. cit.*, p. 491.

⁷⁰ Cf. Fausto Boris, *op. cit.*, pp.493-494.

⁷¹ Konrad, Diorge Alceno – “Resistência e Distensão: A Ditadura civil-militar no Brasil (1974-1979)” in Dockhom, Gilvan Veiga, Nunes, João Paulo Avelãs, Konrad, Diorge Alceno (coords.) *Brasil e Portugal. Ditaduras e transições para a democracia*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020, pp. 173-174.

⁷² Cf. *Idem*, p.177.

A abertura relativa operada por Ernesto Geisel teve continuidade durante o governo do general João Batista Figueiredo (1979 – 1985) que, pela sua ligação ao Executivo anterior – o cargo de chefe do SNI – constituía o candidato certo para satisfazer a linha-dura e, simultaneamente, prolongar a distensão. Em agosto de 1979, o Congresso aprova a lei de anistia que, apesar de constituir um avanço na liberalização do regime – ampliando as liberdades individuais e permitindo o regresso de exilados políticos –, também se conjugava com os interesses da linha-dura. Tal como refere Boris Fausto, “ao anistiar crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política, a lei abrangia também os responsáveis pela prática da tortura”⁷³. É ainda em 1979 que é aprovada a Nova Lei Orgânica dos Partidos que “extinguiu o MDB e a Arena, obrigando as novas organizações partidárias a serem criadas a conter em seu nome a palavra «partido»”⁷⁴. É importante salientar que estas medidas liberalizantes não constituem “doações democráticas”, como refere Konrad,

a pressão do Comité Brasileiro pela Anistia (CBA) e das centenas de comités pelo Brasil afora, além dos comités de exilados, é que levará ao decreto da Anistia, em 28 de agosto. A pressão pela volta à democracia resultará no decreto que porá fim ao bipartidarismo, ainda que a ditadura impeça a legalidade dos partidos comunistas, como o PCB e o PC do B.⁷⁵

As eleições gerais de 1982 decorreram na calendarização prevista, porém, caracterizaram-se por sofrerem com várias medidas que visavam o controlo da oposição, tais como a já implementada Lei Falcão e a criação do voto vinculado⁷⁶. No ano de 1983, o Partido dos Trabalhadores (PT) – fundado em 1979 com a Nova Lei Orgânica dos Partidos – impulsionou uma campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República, iniciativa que contou com muito apoio por parte da população em geral. De facto, como refere Dockhorn,

de janeiro a abril de 1984, a campanha pelas diretas tomou proporções gigantescas. Até as grandes empresas de comunicação abraçaram a campanha; não havia escamotear um movimento daquela magnitude e com apoiadores em praticamente todos os segmentos sociais.⁷⁷

Contudo, a campanha foi rejeitada pelo Congresso, gerando um amplo descontentamento.

No ano de 1985, Tancredo Neves e José Sarney, apoiados pela Aliança Democrática – formada pelo Partido da Frente Liberal (PFL) e pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) –, chegam ao poder derrotando Paulo Maluf, candidato do PDS, o que

⁷³ Fausto, Boris – *op. cit.*, p. 504.

⁷⁴ *Idem*, p. 506.

⁷⁵ Konrad, Diorge Alceno – *op. cit.*, pp. 176-177.

⁷⁶ Cf. Fausto, Boris – *op. cit.*, p. 508.

⁷⁷ Dockhorn, Gilvan Veiga – *op. cit.*, p. 36.

representou o regresso da oposição ao poder, sendo que posteriormente à morte de Tancredo Neves, Sarney assume a Presidência da República.⁷⁸ Fausto sustenta a ideia de que embora não tenha significado um corte radical com o passado – foram mantidas algumas estruturas, como por exemplo, o SNI –, “um ponto alto do governo de Sarney foi o respeito às liberdades públicas”⁷⁹. Em maio de 1985, são restauradas as eleições diretas para Presidência da República, é aprovado o direito de voto aos analfabetos e são legalizados todos os partidos políticos, resgatando da ilegalidade o PCB e o PC do B (Partido Comunista do Brasil). Além disso, foram agendadas eleições para a Assembleia Constituinte para novembro de 1986. O texto constitucional, foi promulgado somente em 1988, demora que se justifica pelo esforço em conciliar os interesses dos vários domínios da sociedade⁸⁰. A Constituição, ainda de acordo com Fausto, “refletiu o avanço ocorrido no país especialmente na área da extensão de direitos sociais aos cidadãos em geral e às chamadas minorias.”⁸¹

⁷⁸ Cf. Fausto, Boris – *op. cit.*, pp. 513 – 514.

⁷⁹ *Idem*, p. 519.

⁸⁰ Cf. *Idem*, p. 524.

⁸¹ *Idem*, p. 525.

1.2. EUA, Brasil e Ditadura Militar

Neste esforço de contextualização histórica da Ditadura Militar, abordando diversos domínios da realidade brasileira, é imprescindível integrar a sua origem e ação num contexto de Guerra Fria, o qual, em larga medida, dividiu o mundo em duas esferas de influência política, económica e ideologicamente antagónicas – o bloco ocidental, encabeçado pelos Estados Unidos da América (EUA), ao qual pertencia o Brasil; e o bloco soviético, liderado pela URSS. De facto, atendendo à proximidade do Brasil com Cuba⁸², cuja Revolução de inspiração comunista triunfou em 1959, e ao inerente risco de contaminação político-ideológica, a Ditadura Militar foi apoiada pelos governos norte-americanos, por vezes de forma velada, tendo por base o objetivo estratégico da manutenção do Brasil no universo ocidental, capitalista, impermeabilizando-o, desse modo, contra a penetração de ideais comunistas. Tal como refere Loureiro, a administração da Casa Branca compreendia que um avanço comunista num país com a dimensão do Brasil criaria uma “segunda China”⁸³

No que diz respeito à esfera militar, o processo de apoio dos EUA às Forças Armadas brasileiras manifestou-se no treino de militares na *U.S Army School of the Americas* – entidade que formou militares provenientes de toda a América Latina –, e, igualmente, na fundação, em 1949, da Escola Superior de Guerra (ESG), inspirada na National War College.⁸⁴ A ESG “inovou ao não se limitar à questão política externa dedicando-se à inter-relação do projeto de desenvolvimento económico, segurança nacional, educação, indústria e agricultura.”⁸⁵ O seu ensino almejava a formação de uma “elite intelectual apta para assumir o governo”⁸⁶ alinhada com a Doutrina de Segurança Nacional norte-americana. Por outro lado, nas vésperas do golpe, a Casa Branca mobilizou as suas forças para apoiar os revolucionários de março de 1964 e, no decorrer do regime militar, no final do mandato de Médici, foi desencadeada a *Operação Condor*, que consubstanciou uma “aliança político-militar que articulava as ditaduras militares da América do Sul e o governo estaduniense, com o objetivo de coordenar a repressão aos opositores destas ditaduras.”⁸⁷

⁸² Cf. Dockhorn, Gilvan Silva – “A Guerra Fria e o golpe civil-militar de 1964 no Brasil” in *Revista Portuguesa de História* nº45, Imprensa da Universidade de Coimbra: Coimbra, 2014, p.459.

⁸³ Loureiro, Felipe Pereira – “Dois pesos, duas medidas: os acordos financeiros de maio de 1961 entre Brasil e Estados Unidos durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962)” p.550.

⁸⁴ Dockhorn, Gilvan Veiga, *op. cit.*, p. 467.

⁸⁵ Dockhorn, Gilvan Veiga, *op. cit.*, p. 467.

⁸⁶ Dockhorn, Gilvan Veiga, *op. cit.*, p. 468.

⁸⁷ Gesteira, Luiz André Maia Guimarães – “A Guerra Fria e as ditaduras militares na América do Sul”, *Scientia plena* 10 (2), 2014, p.9.

No plano económico, as relações entre Estados Unidos e Brasil, neste período, intensificaram-se no ano de 1961, durante a liderança de Jânio Quadros, e prolongaram-se mediante a criação da Aliança para o Progresso, em 1962. Esta iniciativa consistia num programa de desenvolvimento da América Latina que pressupôs que o governo norte-americano se comprometeria a fornecer “assistência económica de longo prazo” aos países que investissem, ativamente, no desenvolvimento económico e na adoção de reformas sociais – entre as quais a agrária, tributária e educacional –, que não desvirtuassem a democracia. Aliás, o respeito pelos princípios democráticos constituía um dos pilares da Aliança para o Progresso.⁸⁸ Do lado dos Estados Unidos, predominou a expectativa do sucesso deste programa no Brasil, em função do alinhamento ideológico de Quadros, contudo, com a renúncia deste Presidente, em agosto de 1961, o otimismo norte-americano influiu-se. A ascensão de João Goulart ao poder tornou-se uma preocupação para os EUA, graças à sua proximidade ao meio sindical e a movimentos trabalhistas e comunistas, tornando-o, na ótica norte-americana, potencialmente recetivo ao ideário socialista, fator decisivo para a “mudança de posicionamento norte-americano”⁸⁹. Ainda de acordo com Loureiro, há factos que evidenciam que, na perspetiva da Casa Branca, João Goulart “não seria confiável para receber fundos da Aliança para o Progresso”, pois, apesar de não ser comunista, o Presidente estaria a facilitar um avanço comunista no Brasil. Pelo exposto, os EUA consideraram que o seu mandato mitigava princípios democráticos dada a permeabilidade ao comunismo.⁹⁰

⁸⁸ Loureiro, Felipe Pereira – *op. cit.*, p. 548.

⁸⁹ Loureiro, Felipe Pereira – *op. cit.*, p. 564.

⁹⁰ Loureiro, Felipe Pereira – *op. cit.*, p. 572-573.

Capítulo 2. Enquadramento Teórico

2.1 Era das Catástrofes e Literatura

No século XX, testemunhou-se um período de profundas transformações visíveis no campo da política, da economia, das relações humanas e da cultura, as quais representaram uma cisão com os modelos de organização social vigentes até, sensivelmente, ao despoletar da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Eric Hobsbawm, subscritor desta tese, propõe uma divisão tripartida do século para explicitar como cada categoria cronológica contribuiu para a construção e consolidação de novas mundividências, justificadas por circunstâncias históricas específicas. Deste modo, Hobsbawm refere uma *Era da Catástrofe*, – compreendida entre o deflagrar da Primeira Guerra Mundial e o rescaldo da Segunda Guerra Mundial – uma *Era de Ouro* – correspondendo ao terceiro quartel do século – e uma *Era de Decomposição* – referente às décadas de 1980 e 1990.

De forma sucinta, o primeiro período caracteriza-se pela consubstanciação do colapso da civilização ocidental do início do século. Esta era capitalista, burguesa e liberal, alicerça-se na convicção de que a Europa era o epicentro do mundo, o grande palco de revoluções científicas, culturais, económicas e políticas, capaz de assegurar um desenvolvimento infinito da ciência e do conhecimento e do progresso material e moral, exercendo influência, muitas vezes por via da subjugação colonial, sobre parcelas significativas da economia global.⁹¹ Ora, entre 1914-1945 a sociedade ocidental atravessou duas guerras mundiais que provocaram índices de destruição sem precedentes, uma crise económico-financeira internacional – a *Grande Depressão* – que arruinou e enfraqueceu as principais potências industriais europeias, produzindo níveis de desemprego e pobreza avassaladores; assistiu à afirmação de um sistema económico-político situado nos antípodas do capitalismo, com ambições de internacionalização, emergido da Revolução Bolchevique (1917), ao avanço do corolário autoritário, fascista, nazi, racista, xenófobo e antisemita – com implicações ao nível da exterminação premeditada de milhões de seres humanos –, à explosão das primeiras bombas nucleares e, não menos importante, à paulatina desintegração dos históricos impérios coloniais⁹².

A *Era de Ouro*, os “30 gloriosos”, compreendeu uma transformação económica, social e cultural, à semelhança do período antecedente, porém, pela positiva. Hobsbawm considera

⁹¹ Cf. Hobsbawm, Eric – *A Era dos Extremos*, 2011, Quêzuz de Baixo: Editorial Presença, p. 18.

⁹² Cf. *Idem*, pp. 18-20.

ser esta, no seu conjunto, a “maior, mais rápida e fundamental da história registada”⁹³. Este fenómeno decorreu de um considerável crescimento económico à escala planetária que criou “uma economia mundial única, cada vez mais integrada e universal, operando em grande medida sobre as fronteiras do Estado («transnacionalmente») e, portanto, também, cada vez mais, sobre as fronteiras da ideologia do Estado”⁹⁴. Assim, o sucesso económico registado neste intervalo e a significativa melhoria geral das condições de vida não significaram o término de conflitos. Tensões ideológicas e diferenças de concepções sobre sistemas políticos, nascidas da *Era das Catástrofes* permaneceram. Aliás, é ainda durante esta cronologia que surge a Guerra Fria, que atinge o seu auge durante a *Era de Ouro*, desencadeando uma série de conflitos armados localizados, inclusive, com impacto na América do Sul.

Por fim, na *Era de Decomposição* ou de *Derrocada*, o processo de globalização que se referiu acima estaria na base da disseminação de uma crise à escala mundial. A regulação do sistema capitalista deu lugar à afirmação do mercado livre selvagem, assistindo-se, em paralelo, a picos de desemprego, depressões económicas, aumento da precariedade social e das dívidas públicas soberanas. Estas tensões prejudicaram os sistemas políticos das democracias liberais ocidentais e de outras democracias recém-nascidas no Terceiro Mundo, contribuindo para a menorização da unidade política *Estado-nação* face a desígnios supra ou transnacionais ou étnicos e infranacionais⁹⁵, com consequências indeléveis para o surgimento ou perpetuação de conflitos bélicos em várias regiões do planeta. Por outro lado, o desmembramento da URSS, em 1991, além de fomentar desequilíbrios profundos nas economias dos antigos regimes comunistas, reconfigurou o sistema de relações internacionais vigente desde 1945.

Pelo exposto, se excetuarmos o período da *Era de Ouro* – sem ignorar o desenrolar da Guerra Fria –, o século XX, como um todo, representou um momento de profunda mudança para a humanidade. Por um lado, a escala de destruição e violência – física, psicológica, cultural, etc. – possível e observada, não tem paralelo na História. Por outro lado, a célere e constante reconfiguração dos preceitos económicos, sociais, morais, culturais e internacionais e o confronto entre capitalismo e comunismo, significaram um desafio à consolidação de um modelo de sociedade estável e duradouro, à semelhança do que acontecera no passado. Como se referiu, após a Primeira Guerra Mundial, a rutura com o *status quo* foi brutal, sepultando o mundo pré-1914. Deste modo, se encararmos o conceito de catástrofe como uma situação

⁹³ *Idem*, p. 20.

⁹⁴ Hobsbawm, Eric – *op. cit.*, p. 21.

⁹⁵ *Idem*, pp. 21-22.

desastrosa que afeta inúmeros indivíduos, então o epíteto de *Era da Catástrofe* é o adequado para caracterizar o período entre guerras e, simultaneamente, grande parte do século XX.

A título ilustrativo, o impacto do Holocausto, dos campos de concentração e de trabalho forçado, das ditaduras (de esquerda e direita) que perseguiram, torturaram e eliminaram minorias ou, simplesmente, opositores políticos, foi determinante para a construção de novas formas de perceber o mundo e a arte, pois como revela “em passagem célebre o filósofo alemão Theodor W Adorno (...) «escrever poesia após Auschwitz é um ato de barbárie»”⁹⁶. De facto, o relato de sobreviventes da *Shoah* é uma das correntes da literatura de testemunho.

Noutro registo, anteriormente, articulou-se de forma genérica a ideia de violência à noção de catástrofe e às atrocidades perpetradas no século XX. Porém, para as questões que se seguem, é importante referir e caracterizar o conceito de violência adotado neste estudo.

Com efeito, existe uma considerável dificuldade na definição do conceito de violência na comunidade académica, como aliás afirma António Sousa Ribeiro: “a questão da violência e o próprio conceito de violência mantêm um estatuto teórico muito ambíguo e situam-se num terreno de forte e ininterrupta controvérsia”⁹⁷. Esta dissertação considera violência como uma ação, de um ser humano em relação a outro (ou de um grupo de indivíduos em relação a outro), que produz danos físicos, de modo deliberado⁹⁸, ou seja, valoriza-se uma conceção de violência direta associada à percepção de que a violência física é indissociável de violência psíquica.⁹⁹ Além disso, interessa, para esta análise, a noção de violência estrutural, que ocorre quando a ação é infligida ao indivíduo por entidades com “poder de subordinação”¹⁰⁰ e tem “na repressão e na exploração ou injustiça social as suas expressões concretas.”¹⁰¹ É igualmente importante a definição de violência cultural, defendida por Galtung¹⁰² que, de forma muito simplista, corresponde a qualquer mecanismo de legitimação da violência direta e estrutural, isto é, produz, no imaginário da comunidade, a sensação de que a “violência direta e estrutural [parecem] corretas, ou que pelo menos não [parecem] erradas.”¹⁰³ No fundo, embora seja ambíguo definir violência, como supracitado, considera-se que, na formulação apresentada, esta

⁹⁶ Franco, Renato – “Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70” in Seligmann-Silva, Márcio (org.) *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*, Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 351.

⁹⁷ Ribeiro, António Sousa – “Introdução e a representação da violência e a violência da representação” in Ribeiro, António Sousa (org.) *Representações da violência*, 2013, Coimbra: Almedina, p. 7.

⁹⁸ Cf. Ginzburg, Jaime - *Literatura, violência e melancolia*, 2013, Campinas: Autores Associados, p. 11.

⁹⁹ Cf. Ribeiro, António Sousa – *op. cit.*, p. 10.

¹⁰⁰ Cf. Ribeiro, António Sousa – *op. cit.*, p.10.

¹⁰¹ Moura, Tatiana – *Novíssimas guerras: espaços, identidades e espirais de violência armada*, 2010, Coimbra: Almedina, p. 20.

¹⁰² Cf. *Idem*, p. 21.

¹⁰³ *Idem*, p. 21.

é marcadamente recorrente na *Era das Catástrofes*, ainda que com diferentes níveis de durabilidade e intensidade.

Posto isto, a questão que se pretende evidenciar neste subcapítulo prende-se com o espaço que a literatura pode ocupar, neste contexto de violência extrema. Retomando Eric Hobsbawm, o autor defende que “a humanidade aprendeu a viver num mundo em que a matança, a tortura e o exílio em massa se tornaram experiências do dia-a-dia em que já não reparamos”¹⁰⁴. Por outras palavras, a banalização da violência é uma das consequências das catástrofes do século XX, cenário que se intensificou com o contributo dos meios de comunicação de massa e com a frequência de imagens de violência veiculadas pelos *media* que concorrem para o fortalecimento da apatia do ser humano face a estas situações. No fundo, tal como aponta Ginzburg, este é o resultado de um mecanismo de proteção do sistema nervoso, para evitar crises constantes¹⁰⁵, mas a apatia, apesar de ser uma resposta fisiológica, não deixa de constituir um sintoma de falta de humanidade, problemática que carece de urgente resolução.

Com efeito, como espaço, à partida, independente e livre de agendas, em democracia, a literatura pode consubstanciar um apoio à recuperação da empatia. Acresce a possibilidade de a literatura veicular diversas modalidades de discurso, o que não se regista nos meios de comunicação tradicionais, que devem respeitar determinados padrões. Além disso, o discurso dos *media* é, geralmente, focado nos efeitos quantificáveis dos conflitos, pelo que, por vezes não é possível ter um bom conhecimento do “impacto que a violência causa nas vítimas. (...) Não é comum [que] quem foi agredido queira comentar o que vivenciou.”¹⁰⁶ Deste modo, como agente permeável à criatividade e à multiplicidade de formas de representação, a literatura possibilita o relato do sobrevivente, considerando, *a priori*, que existirá dificuldade na representação do relato, devido às repercussões que a violência provoca no indivíduo. Por outro lado, Renato Franco ao retomar a reflexão sobre a frase de Adorno, considera que

a arte deve auxiliar os homens a lembrar do que as gerações foram capazes para, desta maneira, poderem efetivamente evitar que a catástrofe possa eclodir. A arte neste sentido, pode ser considerada uma forma de resistência e compreende uma dimensão ética, enquanto manifestação de indignação radical diante o horror.¹⁰⁷

Todavia, a ação de combate da arte e, conseqüentemente, da literatura não deixa de ser limitada. Aliás, nas palavras de Franco, a “sua objetiva impotência – que não a desmerece –

¹⁰⁴ Hobsbawm, Eric – *op. cit.*, pp. 60-61.

¹⁰⁵ Ginzburg, Jaime – *op. cit.*, 2013, p. 23.

¹⁰⁶ *Idem*, p. 13.

¹⁰⁷ Franco, Renato – *op. cit.*, p. 352.

tornou-se manifesta, por exemplo, com o aparecimento das ditaduras militares nos países da América Latina – como no Chile, na Argentina e no Brasil – que propiciaram o ressurgimento de novas ondas de catástrofe” semelhantes às anteriores, em que se assistiu a extermínios, massacres, torturas e repressão.

Pelo exposto, no contexto da *Era das Catástrofes*, a literatura tem uma função de resgate tripartida, visando recuperar a empatia do ser humano face a cenários de violência, preservar a memória dos traumas e, simultaneamente, regenerar a voz do oprimido, permitindo expor uma versão paralela à História oficial. Em bom rigor, a literatura de testemunho é uma resposta à necessidade de recentrar a perspetiva histórica, pelo que, “a possibilidade do testemunho [dos sobreviventes] reside na dimensão literária.”¹⁰⁸

¹⁰⁸ Ribeiro, António Sousa – *op. cit.*, p. 26.

2.2 Literatura de Testemunho: *testimonio*, estudos do holocausto e relação com a produção brasileira

A literatura de testemunho apresenta duas correntes principais, o testemunho dos sobreviventes do Holocausto e o *testimonio* hispano-americano.¹⁰⁹ O objetivo deste segmento é caracterizar este “gênero” e as respectivas vertentes, discutindo as diferenças e as semelhanças entre ambas, não só como forma de ilustrar a “missão” da literatura na *Era das Catástrofes*, mas também com o intuito de averiguar se é possível aplicar o conceito de literatura de testemunho às produções resultantes do contexto da ditadura militar brasileira.

Em primeiro lugar, o enfoque de cada corrente é bastante distinto: o *testimonio* ocupa-se dos relatos dos sobreviventes dos abusos do colonialismo espanhol na América Latina e, como é evidente, o testemunho do Holocausto remete para a violência extrema dos campos de concentração e perseguição de minorias, na 2ª Guerra Mundial. Se considerarmos esta divergência, espelhada nos contextos históricos referidos, compreende-se, desde logo, a possibilidade de se constituírem dois movimentos diversos. No entanto, as características intrínsecas ao conteúdo de ambos os *corpora* são equivalentes, abordando dimensões de acentuada exclusão social e almejando denunciar a intensa violência a que estes grupos foram sujeitados, pelo que tanto o testemunho do Holocausto como o *testimonio* estão associados a noções de justiça e solidariedade.¹¹⁰ Deste modo, as principais dicotomias situam-se no campo da forma, observando-se que a literatura do Holocausto e os seus estudos revelam uma maior preocupação relativamente à irrepresentabilidade da catástrofe.¹¹¹

Por seu turno, o *testimonio* hispano-americano adquire um estatuto próximo ao de género literário, em 1970, com o Prémio Casa das Américas que passa a ser atribuído a obras com essa tipologia. A sua escrita baseia-se na relação entre o sujeito que vivenciou o relato e o seu transcritor, geralmente, um historiador ou antropólogo. Assim, trata-se de um “gênero” com “traços fortes de compromisso político: o letrado teria a função de recolher a voz do subalterno, do marginalizado, para viabilizar a crítica e um contraponto à “história oficial” (...)”¹¹², de modo que, estas narrativas não se cingem ao particular, representando antes uma vivência coletiva. Aliás, de acordo com Silva, a figura do sobrevivente é a “síntese do plural no

¹⁰⁹ Cf. Marco, Valéria de – “A literatura de testemunho e a violência de Estado” in *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 2004, p.50. Disponível em <http://www.scielo.br/j/ln/a/QDGzySCvq7RH8YwGGvJzqr/abstract/?lang=pt>

¹¹⁰ Ginzburg, Jaime – “Linguagem e trauma na escrita do testemunho” in Ginzburg, Jaime, *Crítica em tempos de violência*, São Paulo: Edusp, Fapesp, 2012, p. 56.

¹¹¹ Seligmann-Silva, Márcio – “Apresentação” in Seligmann-Silva, Márcio (org.) – *op. cit.*, p. 8.

¹¹² Marco, Valéria de – *op. cit.*, p. 47.

singular”¹¹³, fenómeno que se verifica em toda a literatura de testemunho, não só no *testimonio*. De facto, também Penna refere que esta é uma preocupação na escrita dos textos do *testimonio*, exemplificando com o livro *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia* de Elisabeth Burgos-Debray, o qual se inicia com a explicação de que a história de Rigoberta Menchú representa a “vida de todos os guatemaltecos pobres.”¹¹⁴ Nesta linha de pensamento, o mesmo autor realça que “a importância do testemunho na América Latina espanhola está ligada à possibilidade de dar expressão a culturas com uma inserção precária no universo escrito e uma existência quase que exclusivamente oral.”¹¹⁵ Devido à existência de um transcritor, a questão da fragmentação textual derivada do trauma não é tão pronunciada como nos escritos da *Shoah*, – ainda que possa estar presente – e, em contrapartida, o *testimonio* recorre a modelos mais clássicos, próximos da biografia e do romance-reportagem. Todavia, como refere Marco, ainda que o júri do Prémio da Casa das Américas tenha considerado o *testimonio* distinto da biografia, da reportagem e da narrativa ficcional, é possível considerar que existem várias infiltrações destes modelos nos textos do referido “género”¹¹⁶, pelo que não existe um modelo estanque que caracterize esta “literatura”:

(...) esta aceção do conceito de literatura de testemunho, por considerar uma grande flexibilidade quanto à forma do texto (...) abre a possibilidade de analisar uma tendência da produção latino-americana do século XX em um contexto mais amplo, que ultrapassa os limites geográficos do continente e aproxima-a à geografia mundial da barbárie, impondo a necessidade de examinar as relações entre violência, representação e formas literárias.¹¹⁷

Deste modo, apesar da realidade e geografia distintas é possível estabelecer relações entre o testemunho e o *testimonio*.

Segundo Valéria de Marco, devido ao nível de horror inaugurado pela *Shoah*, além das múltiplas reflexões produzidas por diversas disciplinas e áreas de estudo, no campo dos estudos literários, o foco reside na relação, problemática, entre catástrofe e representação. Apesar de já se ter aludido, anteriormente neste estudo, ao conceito de catástrofe, cabe agora, salientar que esta, além de integrar eventos em que a violência se reveste de proporções incomensuráveis, corresponde, simultaneamente, à quebra de um determinado estado de equilíbrio que já não

¹¹³ Silva, Mário Augusto Medeiros – *Os escritores da guerrilha urbana: literatura de testemunho, ambivalência e transição política (1977-1984)*, São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008, p. 49.

¹¹⁴ Penna, João Camillo – “Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispano-americano” in Seligmann-Silva, Márcio (org.) – *op. cit.*, p. 305.

¹¹⁵ *Idem*, p. 311.

¹¹⁶ Cf. Marco, Valéria de – *op. cit.*, p. 50.

¹¹⁷ *Idem*, p. 51.

pode ser reconstruído¹¹⁸ – este é, portanto, um dos pilares da tensão entre catástrofe e a sua representação. Urge ainda mencionar que o referido binómio é indissociável do conceito de trauma, o qual se configura como uma reação, relativa a situações de violência desmedida, caracterizada pela dificuldade de assimilação da realidade experienciada e pela mudança na percepção do eu: “a consequência dessa vivência extremamente intensa é a destruição do consciente e da capacidade de discernimento entre o real e o irreal.”¹¹⁹ Sem prejuízo da existência do trauma no *testimonio*, o presente estudo refere a conceção de trauma, apenas nesta fase, pela maior tradição nos estudos da produção do Holocausto do estudo da fragmentação textual, como já foi indicado.

Deste modo, os relatos da violência dos campos de concentração, na sua generalidade, – ou pelo menos, na vertente que importa a esta análise – são escritos pelo sobrevivente, pelo que a dificuldade de representação é mais vincada, havendo uma ligação direta entre o trauma e a escrita, pautada pela inexistência de um intermediário. Embora os relatos na primeira pessoa possam ser considerados autobiografia, não será inteiramente correto sustentar que se trata de textos que utilizam o modelo na sua forma clássica, pelas variações que possam decorrer da desorganização característica da escrita do trauma. Em bom rigor, como foi referido anteriormente, nas palavras de Marco, a literatura de testemunho permite flexibilidade de representação.

Pelo exposto, a presente dissertação segue a linha de pensamento de Seligmann-Silva, considera a possibilidade de “pensar um denominador comum para estes dois conceitos, a partir da noção de «teor testemunhal».”¹²⁰ Esta conceção corresponde à necessidade de acrescentar um contributo pessoal de denúncia das injustiças que o discurso hegemónico da História, por vezes, olvida. Este é mais elevado na literatura de testemunho exatamente por esta corresponder à expressão do trauma que, não obstante a sua simbologia coletiva, tem origem num relato particular. Nas palavras de Seligmann-Silva, “a literatura de testemunho é mais do que um género: é uma face da literatura que vem à tona com a época das catástrofes”¹²¹ e que altera a forma de encarar a relação entre a literatura e o real. Além disso, como refere La Capra, a importância do testemunho torna-se manifesta dado que os relatos não são feitos de forma exclusivamente documental, e como refere Felman, “os factos históricos *falham* em dar

¹¹⁸ Cf. *Idem*, p.50.

¹¹⁹ Seligmann-Silva, Márcio – “A História como trauma” in Nestrovsky, Arthur, Seligmann-Silva, Márcio (org.) *Catástrofe e Representação*, São Paulo: Escuta, 2000, p. 92.

¹²⁰ Seligmann-Silva, Márcio – “Introdução” in Seligmann-Silva, Márcio (org.) – *op. cit.*, p. 30.

¹²¹ Seligmann-Silva, Márcio – “O testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes in *Projeto História*, São Paulo, (30), p.71-98, jun. 2005, p. 85. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2255>

totalmente conta da natureza do testemunho¹²², de modo que esta é mais uma demonstração da relevância do conceito de teor testemunhal. Quando uma narrativa escapa ao estritamente documental e mergulha numa abordagem de elevado cunho subjetivo, assiste-se a um acesso aprimorado ao desempenho da memória e à relação do indivíduo com o passado e com o evento traumático.¹²³ Como ilustração desta dimensão do testemunho, La Capra descreve ainda o caso de uma mulher que, ao recontar uma explosão em Auschwitz, refere a existência de quatro chaminés, quando, factualmente, existia apenas uma. Este lapso da sobrevivente não descredibiliza o seu relato, pois, como destaca o autor, citando Shoshana Felman e Dori Laub, “the woman was testifying (...) not the number of chimneys blown up, but something else, more radical, more crucial: the reality of an unimaginable occurrence.”¹²⁴ Com efeito, esta questão não materializa uma falha, mas uma consequência da violência do trauma.

Tendo em consideração a natureza qualitativa de *teor testemunhal* e escrita do testemunho, é pertinente pensar este “género” como próximo à ideia de “ficção política”, conceito que remete para a possibilidade de um “relaxamento do factual”, dimensão expectável de um relato de trauma, em função do impacto que a violência extrema produz no indivíduo. De facto,

uma *ficção política* não é uma mentira sobre fatos reais; mas, antes *uma narrativa com estatutos de verdade*, cujo teor testemunhal consiste na amálgama das intenções de ambas as coisas. Assim, uma *ficção política com teor testemunhal* é uma construção social, cuja eficácia prática e simbólica é utilizada em determinados meios para determinados fins, quais sejam: narrar – através de um relato literário – romance, depoimento autobiográfico – factos e ações sofridos ou cometidos por sujeitos históricos, apresentando-lhe os papéis desempenhados na constituição daqueles factos.¹²⁵

Por conseguinte, é plausível conceber o testemunho como “uma ficção política com teor testemunhal” pois consente a narração de um trauma, veiculando denúncia, através de uma narrativa literária.¹²⁶ De facto, de acordo com Seligmann-Silva, “a reflexão sobre o testemunho leva a uma problematização da divisão estanque entre o discurso dito «denominativo-representativo» e o dito «literário», sem, no entanto, aceitar o apagamento dessas fronteiras.”¹²⁷

¹²² Felman, Shoshana – “Educação e crise, ou as vicissitudes do ensinar” in Nestrovsky, Arthur, Seligmann-Silva, Márcio (org.) – *op. cit.*, p.18.

¹²³ La Capra, Dominick – *Writing History, Writing Trauma*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014, p. 86.

¹²⁴ *Idem*, p. 88.

¹²⁵ Silva, Mário Augusto Medeiros de – *op. cit.*, p.26.

¹²⁶ *Idem*, p.26.

¹²⁷ Seligmann-Silva, Márcio – “Apresentação” in Seligmann-Silva, Márcio (org.) – *op. cit.*, p. 10.

Assim sendo, retomando o cerne deste subcapítulo, já Valéria de Marco admitia uma corrente do testemunho voltada para textos relativos à violência das ditaduras da América Latina durante o século XX.¹²⁸

Antecedendo a articulação entre a produção de testemunho na América Latina e o testemunho relativo à Ditadura Militar brasileira, é pertinente mencionar uma possibilidade indicativa da propensão para o surgimento de uma literatura de expressão do trauma, no Brasil. A História brasileira é marcada por uma notória presença de violência cultural, não só na sua história recente – por via dos regimes autoritários, o Estado Novo e a Ditadura Militar – mas também em virtude da sujeição ao domínio colonial português. Em bom rigor, de acordo com a interpretação de Ginzburg sobre “Censura-violência” – artigo de António Cândido –, “como nosso processo histórico é marcado pelos dois traumas constitutivos, a violência exploratória colonial e a crueldade escravocrata, no Brasil, os regimes autoritários tiveram no período republicano facilidade de instalação e permanência.”¹²⁹ É então flagrante que a literatura possa (ou deva) espelhar estas situações de violência, como forma de denúncia ou de “prevenção”¹³⁰ de catástrofes, como já foi referido. Sem embargo, como refere Ginzburg, após Auschwitz, “encontramos na literatura brasileira tanto manifestações (...) de idealismo romântico, como produções voltadas ao engajamento partidário, apostando de modo otimista nas possibilidades de mudança social.”¹³¹ A literatura de testemunho produzida pelos guerrilheiros urbanos da Ditadura Militar é, então, uma destas manifestações de cunho partidário que visam denunciar e combater a violência cultural e a sua normalização e sinalizar a urgência de matizar as desigualdades sociais da sociedade brasileira.¹³²

Por outro lado, é possível aplicar o conceito de literatura de testemunho à produção literária relativa à ditadura militar brasileira, desde logo pela questão supracitada de “teor testemunhal”. A literatura da ditadura compreende, *grosso modo*, relatos de guerrilheiros, corroborando a ideia de oposição à “história oficial”, através de depoimentos particulares que pretendem expor a experiência de uma classe sujeita a perseguições, torturas e outras desumanidades perpetradas pelo regime militar. A literatura da ditadura é então uma “ficção política com teor testemunhal”, uma vez que consideramos esta noção adjacente à de testemunho, como supracitado.

¹²⁸ Marco, Valéria de – *op. cit.*, p. 46.

¹²⁹ Ginzburg, Jaime – “Escritas da tortura” in *op. cit.*, 2012 p. 476.

¹³⁰ Cf. Ginzburg, Jaime – “Literatura Brasileira: Autoritarismo, violência, melancolia” in *op. cit.*, 2012 p. 174.

¹³¹ Ginzburg, Jaime – “Literatura Brasileira após Auschwitz” in *op. cit.*, 2012, p. 206.

¹³² Cf. *Idem* p. 212.

No caso das produções da América Latina, o peso da “política partidária” é muito mais elevado do que o da “política cultural”, como ocorre no caso dos textos do Holocausto. Deste modo, o modelo de *testimonio* hispano-americano é mais adequado para “representar os esforços revolucionários dos oprimidos”¹³³ face à repressão de regimes autoritários, verificando-se, aliás, uma associação entre o testemunho e os movimentos de resistência.¹³⁴ Este é o principal ponto de contacto entre a literatura da ditadura militar e o *testimonio*, sendo que o primeiro é escrito por membros de movimentos de esquerda imersos no combate ao regime, por via de ações de luta armada, cuja ilegalidade os obrigou a uma vida na clandestinidade e ao exílio. Porém, no aspeto formal, estes textos assemelham-se à escrita da *Shoah*. O carácter fragmentário do discurso e lapsos da escrita estão presentes – sendo características do testemunho – também na literatura da ditadura, não devendo ser encarados como erros, mas sim características deste subgénero, devido à igual fragmentação causada no sujeito pelo evento traumático. De facto, o testemunho não garante um relato integral desses acontecimentos, facto também comprovado pelo testemunho brasileiro. Na realidade, à semelhança do que sucede nos relatos do Holocausto, “a linguagem está em processo e em julgamento, ela não possui a si mesma uma conclusão, como constatação de um veredicto ou como saber em si transparente.”¹³⁵

Deste modo, o entrave à representação da tortura e do sofrimento do exílio é a sua irrepresentabilidade, dado que, “essa experiência sempre será incomensurável à sua tradução em palavras e em conceitos.”¹³⁶ Resta salientar que, do ponto de vista do sobrevivente, pesa o discernimento de que não há meios exatamente adequados para expor a experiência,¹³⁷ cabendo ao agente do testemunho definir os modos de transmissão da sua vivência¹³⁸. Esta é uma componente transversal a todas as correntes da literatura de testemunho, incluindo a brasileira, como se pretendeu demonstrar.

Uma vez que o registo da literatura de testemunho se aproxima do registo do discurso autobiográfico, é necessário definir e problematizar a temática da autobiografia, para que seja possível discutir como a literatura da ditadura articula estes dois conceitos.

¹³³ Seligmann-Silva, Márcio – “Apresentação” in Seligmann-Silva, Márcio (org.) – *op. cit.*, 2003, p. 32.

¹³⁴ Ginzburg, Jaime – “Linguagem e trauma na escrita do testemunho” in *op. cit.*, 2012, p. 54.

¹³⁵ Felman, Shoshana – *op. cit.*, p.18.

¹³⁶ Gagnebin, Jeanne Marie – “Palavras para Kurbinék” in Nestrovsky, Arthur, Seligmann-Silva, Márcio (org.) – *op. cit.*, p. 106.

¹³⁷ *Idem*, p. 107.

¹³⁸ Ginzburg, Jaime – *op. cit.*, 2012, p. 175.

2.3. Problemática da Autobiografia

Na sua obra *O Pacto Autobiográfico: de Rousseau à internet*, Philippe Lejeune define autobiografia como uma “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua existência, quando focaliza a história individual, em particular a história de sua personalidade.”¹³⁹ Tal como refere o autor, esta não é uma definição assente em critérios rigorosamente restritos, porém, existem duas dimensões imprescindíveis, referentes a vínculos de identidade, nomeadamente a relação de identidade do narrador e personagem principal e a relação do autor (como pessoa real) e do narrador.

Simplificando, é possível considerar que a autobiografia é um relato individual cujo autor, enquanto pessoa real, é simultaneamente narrador e personagem principal. Assim sendo, para que um texto seja considerado autobiografia, é necessária uma relação de identidade entre autor, narrador e personagem principal. Esta coloca, à partida, algumas questões relativas à sua manifestação, no texto. Em primeiro lugar, “a identidade *narrador-personagem principal* (...) é, na maior parte das vezes marcada pelo emprego da primeira pessoa”¹⁴⁰, o que não invalida a possibilidade de existirem narrativas autobiográficas em terceira pessoa, porém, nestes casos, é necessário considerar o conceito de autor, isto é, pelas palavras de Lejeune,

essa identidade, embora não seja mais estabelecida no texto pelo emprego do «eu», é estabelecida indiretamente, mas sem nenhuma ambiguidade, através da dupla equação: autor = narrador e autor = personagem, donde se deduz que narrador = personagem, mesmo se o narrador permanecer implícito. Este procedimento corresponde, ao pé da letra, ao sentido primeiro da autobiografia: é uma biografia, escrita pelo interessado, mas escrita como uma simples biografia.¹⁴¹

Esta problemática de expressão de identidade entre autor, narrador e personagem, no caso específico das narrativas em primeira pessoa, é mediada pela dimensão do nome próprio. Como refere Lejeune, “a assinatura designa o enunciador”¹⁴², além disso, ainda segundo o mesmo autor, “a enunciação fica inteiramente a cargo de uma pessoa que costuma colocar seu *nome* na capa do livro”¹⁴³, é neste nome que reside a essência do autor, uma pessoa real que reclama para si a narração. O nome próprio reveste-se, igualmente, de relevância pela possibilidade de confirmação de que o autor é, de facto, uma pessoa real. Deste modo, a autobiografia caracteriza-se por uma “*identidade de nome* entre o autor (cujo nome está estampado na capa), o narrador

¹³⁹ Lejeune, Philippe – *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 14.

¹⁴⁰ *Idem*, p.16.

¹⁴¹ *Idem*, p. 16.

¹⁴² *Idem*, p. 22.

¹⁴³ *Idem*, p. 23.

e a pessoa de quem se fala”¹⁴⁴ e é com base nesta “identidade de nome” que se estabelece o pacto autobiográfico. Visando a simplificação da definição deste “pacto”, este estudo considera pertinente a distinção entre autobiografia e romance autobiográfico, de acordo com a ótica de Lejeune. Desde logo, importa clarificar que a nível interno há a possibilidade de não existirem diferenças. Porém, no romance autobiográfico, o leitor pode supor que existe uma “identidade de nome”, ou seja, uma coincidência entre a vivência do protagonista e do autor, não sendo esse o seu fim. Por seu turno, a autobiografia é exatamente o contrário desta suposição, é a confiança, selada pelo pacto autobiográfico, da correspondência identitária entre autor, narrador e personagem.¹⁴⁵ A diferença está então “num critério textual geral, a identidade do *nome*. O pacto autobiográfico é a afirmação, no texto, dessa identidade, remetendo, em última instância, ao *nome* do autor, inscrito na capa do livro”.¹⁴⁶ Além do pacto autobiográfico, é possível sustentar a presença de um pacto referencial – podendo ser difícil separá-lo do autobiográfico – que alude, exatamente, à supracitada possibilidade de verificação. Aliás, nas palavras de Reis, a autobiografia caracteriza-se pela “existência de um pacto de referencialidade que remete para um percurso autobiográfico, percurso esse que, em princípio, é factual e historicamente verificável.”¹⁴⁷ Pelo exposto, autobiografia pode então ser considerada um género contratual¹⁴⁸.

A par com a suposição de que a vivência produz a autobiografia, ou por outras palavras, que a autobiografia relata a vida, existem correntes de pensamento que consideram a experiência do autor como um resultado da autobiografia. Sumariamente, nesta perspetiva, a autobiografia é uma construção e não uma reprodução, dificultando assim, a separação entre ficção e autobiografia. De facto, esta última

es un género que desde su aparición en las *Confesiones* de San Agustín hasta sus formulaciones más recientes, nunca ha dejado de jugar con su propio estatuto dual, en el límite entre la construcción de una identidad, que tiene mucho de invención, y la relación de unos hechos que se presentan y testimonian como reales.¹⁴⁹

Dario Villanueva, no seu artigo *Realidad y ficción: la paradoja de la autobiografía*, destaca inicialmente o teórico James Olney, cujo contributo estabelece a metáfora como a essência da autobiografia, ou seja, uma materialização de um *eu* que se expressa através das metáforas que produz e que só existe após a criação das mesmas, de modo que o leitor só tem

¹⁴⁴ *Idem*, pp. 23-24.

¹⁴⁵ Cf. *Idem*, pp. 25-26.

¹⁴⁶ *Idem*, p. 26.

¹⁴⁷ Reis, Carlos – *Dicionário de estudos narrativos*, Coimbra: Edições Almedina, 2018, p. 35.

¹⁴⁸ Cf. Lejeune, Philippe – *op. cit.*, p. 45.

¹⁴⁹ Villanueva, Dario – *Realidad e ficción: la paradoja de la autobiografía*, in *Escritura autobiográfica*, edición de José Romera, Alicia Yllera, Mario García-Page y Rosa Calvet. Madrid: Visor Libros, 1993, pp. 15-32, p. 17.

conhecimento do citado *eu*, após o processo de metaforização.¹⁵⁰ Villanueva refere ainda a tese de Ángel G. Loureiro, segundo a qual a autobiografia nasce de um processo de alinhamento entre apóstrofe e prosopopeia: “en la autobiografía ocurre que el yo narrador se habla a sí mismo directamente y al lector en segunda instancia, o exactamente al revés.”¹⁵¹

Já para Paul de Man, a vida do autor é uma consequência da autobiografia, sendo aquela, então, um produto dos procedimentos da técnica do discurso autobiográfico. Deste modo, autobiografia e ficção são inseparáveis, uma vez que a vida é fruto de protocolos discursivos, e, nesse sentido, “es la figuración la que construye su referente. Por ello el resultado es el mismo que el de la ficción”¹⁵². O referente seria então uma ilusão, como indica o autor¹⁵³. Na ótica de Lejeune, a essência da autobiografia reside em atos de fala e comporta uma vertente contratual. Já para De Man, o cerne do projeto autobiográfico assenta em tropos, principalmente na prosopopeia, como demonstra através da análise da obra “*Essays upon Epitaphs*”. Ainda de acordo com este autor, o nome na capa corresponderia a um sujeito capaz de autoconhecimento e não apenas a uma assinatura com valor legal, como se verifica em Lejeune. O leitor teria dotes de “juiz” da autenticidade, enquanto De Man o considera uma figura especular.¹⁵⁴

Para Dario Villaneuva, a essência da autobiografia habita no paradoxo entre realidade e ficção, propondo uma teoria de “estrutura paradoxal” da autobiografia.¹⁵⁵ De forma muito simplista, segundo esta tese, a autobiografia é uma construção, dotada de um carácter mais criativo do que referencial e não é um fenómeno distinto da autobiografia ficcional.

Primeiramente, para caracterizar a autobiografia nestes termos, o autor afirma que, de acordo com Carlos Castilha del Pino, um dos seus objetivos consiste na possibilidade de o autor se construir, abandonando a posição de sujeito e encarnando a de objeto. Villaneuva recorre, igualmente, ao trabalho de George Gusdorf e destaca a “fórmula de Lequier: «Hacer, y al hacer, hacerse»”. De acordo com o autor, “allí onde él identifica como privilegio de este género el esfuerzo de un creador para dotar de sentido a su propia leyenda, yo hablaría sin ambages de verdadera *construcción*.” Para exemplificar a sua argumentação da autobiografia como construção, Dario Villaneuva serve-se da categorização dos autobiógrafos elaborada pelos irmãos Schlegel. Com efeito, estes teóricos reconheciam entre os autobiógrafos os

¹⁵⁰ Cf. *Idem*, p. 17.

¹⁵¹ *Idem*, p. 20.

¹⁵² Yvancos, José María Pozuelo – *De la autobiografía. Teoría y estilos*, Barcelona: Editorial Crítica, 2006, p. 37.

¹⁵³ Cf. de Man, Paul – *Autobiography as De-facement*, disponível em [Autobiography as De-facement on JSTOR](#), p. 920.

¹⁵⁴ Cf. *Idem*, pp. 22-23.

¹⁵⁵ Villanueva, Dario – *op. cit.*, p. 18.

“*autopsestos*, es decir, y traduciendo directamente del griego, «los que mientem sobre sí mismos»”. Ainda que esta perspectiva englobasse outras categorias de autobiógrafos, Villaneuva considera somente a existência desta conceção de autobiógrafo como “los que deliberadamente urden la mentira”, pelo que percebe a autobiografia como “autoinvención”, como referiu Paul John Eakin.¹⁵⁶

Posteriormente, a autobiografia como género literário possui um carácter criativo, mais do que referencial, constituindo-se como um mecanismo que se ajusta melhor à construção do eu e não à sua reprodução¹⁵⁷, argumentação que se aproxima à de Paul de Man, o qual sustenta que a autobiografia seria mais determinante para a vida, do que o inverso.¹⁵⁸ Ainda sobre esta questão da referencialidade, o autor destaca que o pacto autobiográfico de Lejeune – que pressupõe a confirmação da coincidência de identidade real do autor, narrador e personagem principal – coloca em evidência a problemática da possível identidade não literária da autobiografia, hipótese que se fundamenta na tese dos “speech acts” que determina que “los enunciados literarios son actos ilocutorios de aserción sin verificación”.¹⁵⁹ O autor afirma que também Lejeune, anos mais tarde, reconhece que é o texto que produz a vida.¹⁶⁰

Por fim, uma autobiografia propriamente dita e uma autobiografia ficcional não são fenómenos literários distintos. A diferença reside na capacidade de persuasão da autobiografia que faz o leitor acreditar na sua veracidade:

Nada más creíble que la vida de outro, por él contada (...). El yo narrador y protagonista sustenta una estructura de incalculable fuerza autenticadora, avalada por un acto de lenguaje de entre los más comunes de la conducta verbal de los humanos. Y el lector es sucedido por las marcas de veris mo que el yo-escriptor-de-sí, sea sincero o falaz, acredita con su mera presencia textual.¹⁶¹

Assim sendo, o autor concluí que a autobiografia é ficção no momento da escrita, dado que o autor não pretende reproduzir vivências, mas sim reconstruí-las, porém, pela sua capacidade persuasiva, o relato torna-se verdade para o leitor. Posto isto, a presente dissertação tende a conceber a autobiografia como paradoxo entre realidade e ficção que não prescinde da relação com a noção de pacto autobiográfico. Considera-se, portanto, que se a autobiografia, na ótica do emissor, é ficção e, na visão do recetor, realidade, tem de existir outra dimensão, além da persuasão supracitada, que garanta ao leitor a veracidade do relato. Assumir exclusivamente

¹⁵⁶ *Idem*, p. 21.

¹⁵⁷ Cf. *Idem*, p. 22.

¹⁵⁸ Cf. de Man, Paul – *op. cit.*, p. 920.

¹⁵⁹ Villaneuva, Dario – *op. cit.*, p. 23.

¹⁶⁰ Cf. *Idem*, p. 24.

¹⁶¹ *Idem*, p. 28.

que o leitor acredita na veracidade da autobiografia porque “nada más creíble que la vida de outro, por él contada”¹⁶², parece insuficiente, dado que o leitor podia, simplesmente, supor uma aproximação à realidade. Deste modo, a instância final de salvaguarda da veracidade do relato localiza-se no pacto autobiográfico, na segurança de que o nome inscrito na capa revela uma pessoa real que é simultaneamente autora, narradora e personagem, comprometida com o relato. É ainda relevante salientar, por outro lado, que a impossibilidade de conjugar a ficção com a existência do pacto autobiográfico deriva da sua estreita relação com o pacto referencial – simplificando, a possibilidade de verificação é incompatível com a ficção. Com efeito, a essência da autobiografia é, então, o reconhecimento do paradoxo da possibilidade e impossibilidade de verificação, ou como refere Villaneuva, o paradoxo entre realidade e ficção. No fundo, nenhuma autobiografia será inteiramente ficcional nem inteiramente verídica.

¹⁶² Villaneuva, Dario – *op. cit.*, p. 28.

2.4. Literatura da Ditadura: Entre o testemunho e a autobiografia

Como já foi referido, na sua generalidade, as produções que integram o âmbito da literatura da ditadura – os relatos dos guerrilheiros urbanos da década de 70 – correspondem a textos próximos do registo autobiográfico, ou seja, são momentos narrativos em que uma pessoa real – simultaneamente, autor, narrador e protagonista – constrói a sua experiência de vida. Ao nível da temática, estas obras podem incidir sobre as dimensões da luta armada, tortura, e a experiência do exílio. *O que é isso, companheiro?* e o *Crepúsculo do Macho* de Fernando Gabeira abordam exatamente estes três temas. De um modo mais específico, sobre as experiências excruciantes vividas pelos presos políticos, nos presídios, destacam-se os textos de Frei Betto *Diário de Fernando* e *Batismo de Sangue: Guerrilha e Morte de Carlos Marighella*. Simultaneamente, como se verifica em *Os Carbonários: Memórias de uma Guerrilha Perdida*, estas narrativas podem reproduzir um percurso mais detalhado. N’*Os Carbonários*, Alfredo Syrkis percorre a sua vivência de uma forma mais alargada, abarcando a sua educação, ambiente familiar, evolução da sua consciência e posicionamento políticos e as suas participações em ações de guerrilha urbana. É ainda relevante salientar a existência de romances autobiográficos, como, por exemplo, *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós e *Soledad no Recife* de Urariano Mota. Nestes casos é esclarecido nos paratextos que estas obras são inteiramente ficcionais, embora englobem episódios verídicos e indivíduos que intervieram, diretamente, na história da esquerda brasileira, como é exemplo Soledad Barreto, entre outros.

Evidentemente, o discurso autobiográfico é uma componente intrínseca da literatura de testemunho, dado que ao retratar narrativas pessoais é expectável que o autor recorra a mecanismos da autobiografia. É conveniente recordar que, apesar de autobiografia ser considerada, genericamente, como espaço de autenticidade e verdade, não é adequado encarar esta questão de forma passiva. A intricada separação entre ficção e verdade não decorre apenas do facto de o texto autobiográfico corresponder a uma construção linguística e não a uma pura reprodução da vida. É premente realçar que esta problemática depende de igual forma do contexto de produção textual. De acordo com Ginzburg, na *Era das Catástrofes* “a questão do critério de verdade está diretamente ligada às forças históricas em tensão.”¹⁶³ De facto, como declara o autor,

em cenários de luta política, o critério de atribuição de verdade a um texto é expressão de um posicionamento dentro da luta. A autobiografia pode assumir um papel de mediação, instrumento do

¹⁶³ Ginzburg, Jaime – “Impacto da Violência e Constituição do Sujeito: Um problema de Autobiografia” in Ginzburg, Jaime – *op. cit.*, 2012, p.160.

confronto, em que a experiência individual atua como fundamento para interpretar e discutir a experiência coletiva.¹⁶⁴

Deste modo, estas obras não correspondem apenas a autobiografias, integram o campo da literatura de testemunho devido ao seu conteúdo de combate, denúncia e resgate de domínios e indivíduos silenciados pelo discurso predominante. No fundo, reportam um modo de reposicionar o discurso histórico, ou seja, cumprem o objetivo da literatura na *Era das Catástrofes*, definido anteriormente.

A nível formal, estes textos podem não seguir o modelo clássico da autobiografia, exatamente por representarem narrativas de trauma. “A dor física impede a narração fluente”¹⁶⁵, de modo que “elementos de descontinuidade formal, indeterminação, imprecisão, lacunas, conceções fragmentárias de tempo e espaço¹⁶⁶” são características textuais, próprias da dificuldade de expressar situações de violência desmedida, e não falhas de escrita. Em bom rigor, estes aspetos são consequências da tensão entre catástrofe e sua representação, como discutido anteriormente.

¹⁶⁴ *Idem*, p. 161.

¹⁶⁵ *Idem*. 159.

¹⁶⁶ *Idem*, p. 159.

2.5. Jornalismo e Ditadura Militar

Nesta fase do texto pretende-se abordar o papel que os *media* exercem na esfera pública, “no quadro mais vasto das estruturas sociais, culturais, políticas ou económicas da sociedade.”¹⁶⁷ Uma breve análise de qualquer discurso noticioso é suficiente para compreender a facilidade com que os *media* podem influenciar estes domínios. As citações e fontes podem revelar as entidades com acesso aos *media*; por sua vez, o conteúdo, a forma e a hierarquia de informação no texto jornalístico podem interferir na interpretação dos leitores. Até certo ponto, este é um poder pouco significativo, dado que o leitor ou espetador continua dotado de autonomia de ação e pensamento, ainda que os meios de comunicação social possam influenciar a sua opinião e, além disso, existem sempre membros do público menos suscetíveis a este poder.¹⁶⁸ Contudo, o desconhecimento da realidade envolvente e índices reduzidos de literacia aumentam a persuasão dos *media* sobre o indivíduo, uma vez que o impedem de compreender corretamente o discurso e as suas nuances, pelo que, por vezes, é do interesse das elites que estas dimensões sejam, de facto, limitadas.¹⁶⁹ Para entender esta possibilidade de influência é importante a noção de “poder social” que, de acordo com Van Dijk, se define como “uma relação social entre grupos ou instituições, envolvendo o controlo por parte de um grupo (mais) poderoso ou instituição (e dos seus membros) das ações e mentes (dos membros) de um grupo menos poderoso”¹⁷⁰. Esta situação é, portanto, mais notória em regimes autoritários. Nestes casos de abuso de poder assiste-se a uma seleção tendenciosa da informação partilhada cujo objetivo é toldar o conhecimento das audiências, para que construam uma opinião favorável às inclinações destes regimes.¹⁷¹ Em bom rigor, o desígnio das classes dominantes é moldar o “modelo”. Nas palavras de Van Dijk, “um *modelo* é uma representação mental de uma experiência – isto é, de um acontecimento que as pessoas observam, em que participam ou sobre o qual leem”. Deste modo, se os leitores constroem representações mentais e, conseqüentemente, opiniões a partir do que leem, a sua perceção dos eventos é facilmente manipulável pela forma e conteúdo dos textos jornalísticos. Tal como clarifica Van Dijk,

um dos melhores modos de influenciar a estrutura de um modelo é manipular a informação importante, colocando-a mais ou menos de forma proeminente no relato noticioso, nos títulos, *leads* ou em fotografias. Inversamente, se os jornalistas ou as suas fontes de elite quiserem menos ou nenhuma atenção para certos aspetos do acontecimento noticiado, tomarão as devidas precauções para que essa informação fique

¹⁶⁷ Dijk, Teun A. Van – *Discurso, notícia e ideologia: Estudos na análise crítica do discurso*, Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2017, p.73.

¹⁶⁸ Cf. *Idem*, pp. 74-75.

¹⁶⁹ Cf. *Idem*. P. 78-79.

¹⁷⁰ *Idem*, p.74.

¹⁷¹ Cf. *Idem*, pp. 74-75.

menos saliente ou ausente do relato noticioso, de forma que também não seja proeminente no modelo do acontecimento noticiado.¹⁷²

Estas técnicas de influência, através da perpetuação do discurso ideológico que os textos jornalísticos veiculam, abandonam, gradualmente, a necessidade de manipulação explícita. Os factos são apreendidos pelo leitor de forma acrítica e aceites como verdadeiros, em conformidade com o discurso hegemónico.¹⁷³ Por seu turno, o bloqueio do acesso a meios de informação alternativos é igualmente conveniente aos *media* hegemónicos e à classe dominante, em virtude do conteúdo complementar que podem assegurar, permitindo ao leitor formar uma opinião ponderada, com a possibilidade de confronto de várias perspetivas do acontecimento. Deriva, portanto, desta necessidade de abafamento da oposição, “a marginalização sobejamente conhecida dos *media* radicais ou dos peritos em oposições opostas (...)”.¹⁷⁴

É, então, num contexto de repressão e censura, no período da Ditadura Militar que surge no Brasil a designada imprensa alternativa, um conjunto de jornais, revistas, panfletos que se afastavam do discurso dos *media* hegemónicos que veiculavam o discurso do regime, exercendo sobre a população o supracitado abuso de poder. Consequentemente, eram censurados e perseguidos pelo regime militar que os considerava “inimigos internos”, na lógica da Doutrina de Segurança Nacional.¹⁷⁵ Deste modo,

o que identificava toda a imprensa alternativa era a contingência do combate político-ideológico à ditadura, na tradição de lutas por mudanças estruturais e de crítica ortodoxa a um capitalismo periférico e ao imperialismo, dos quais a ditadura era vista como uma representação.¹⁷⁶

Sendo o combate e resistência ao regime um dos principais objetivos da imprensa alternativa, tal como refere Kucinski, a história desta imprensa quase converge com a história das esquerdas brasileiras, pois muitos dos jornais, além de se revelarem espaços de organização política, mantinham relações estreitas com os partidos da esquerda. Aliás, como observa Kucinski, pela trajetória do surgimento destes periódicos, a imprensa alternativa teria um carácter mais próximo da substituição do que de complemento à ação política.¹⁷⁷

A par com a imprensa alternativa, surge – pela necessidade de informar o público sobre os assuntos censurados nas redações – o romance-reportagem. Antecedendo à caracterização do

¹⁷² *Idem*, p.79.

¹⁷³ Cf. *Idem*, p. 81.

¹⁷⁴ *Idem*, p. 80.

¹⁷⁵ Cf. Kucinski, Bernardo – *Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018, p.11-12.

¹⁷⁶ *Idem* p. 14

¹⁷⁷ Cf. *Idem*, p.71.

romance-reportagem é conveniente esclarecer a relação entre jornalismo e literatura, o seu papel na formação do jornalismo literário e, conseqüentemente, o nascimento do romance-reportagem.

2.6. Jornalismo e Literatura: Formação do jornalismo literário, advento do romance-reportagem brasileiro e literatura da ditadura

A mais evidente diferença entre o jornalismo e a literatura reside nos binómios objetividade *versus* subjetividade e não ficção *versus* ficção. Em primeiro lugar, cabe desmitificar a objetividade do jornalismo. Com efeito, os textos jornalísticos são sempre subjetivos porque não figuram o real, consubstanciando antes a interpretação de um indivíduo sobre o real. Logo, a objetividade não é uma característica, mas sim uma linha orientadora da prática jornalística, como, aliás, refere o primeiro ponto do Código Deontológico do Jornalista português:

O jornalista deve relatar os factos com rigor e exatidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público.¹⁷⁸

O binómio não ficção *versus* ficção é mais simples de resolver. O único limite da literatura é a criatividade do autor, pelo que esta não se encontra totalmente veiculada à representação do real. Ainda que possa replicar estórias reais, a lealdade à verdade dos factos não é uma condição basilar para a maioria dos géneros literários. Por exemplo, na biografia supõe-se que a escrita se reveste de honestidade, porém o mesmo não se verifica em relação ao romance, ainda que este possa ser relativo a factos reais. De forma simplista, de acordo com a lógica do confronto entre ficção e não ficção, ao jornalismo estariam apenas reservados os factos e à literatura, a imaginação.

Seguindo a presente linha de pensamento, deve-se realçar que outra diferença fundamental entre jornalismo e literatura reside no leitor. O jornalista escreve para as massas com um intuito iminentemente informativo, pelo que a sua linguagem deve ser simples e acessível, sendo quase imediata a compreensão da sua mensagem. Já o texto literário pressupõe um público mais restrito, pois a sua preocupação está na beleza expressiva, remetendo o público para uma reflexão que não é compatível com uma apreensão tão apressada do conteúdo. No fundo, como cita Nogueira, de acordo com as considerações de Roman Jakobson sobre as funções da linguagem, no discurso jornalístico impera a função referencial, enquanto no discurso literário prevalece a função poética ou estética, porém, “a Literatura não descarta a função referencial”¹⁷⁹, sendo possível representar factos reais. Deste modo, Jornalismo e

¹⁷⁸ Código Deontológico do jornalista português. Disponível em <https://jornalistas.eu/novo-codigo-deontologico/> Acedido a 02/08/2022

¹⁷⁹ Nogueira, Ana C. S. – *Realidade Vestida de Ficção no Romance-reportagem de Valério Meinel*, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010, p. 13.

Literatura podem relatar a mesma matéria, o que diverge são os mecanismos inerentes a cada discurso.¹⁸⁰

“Pues bien, estas diferencias se difuminan en el “«periodismo literario.»”¹⁸¹ Por sua vez, a aproximação entre estes dois campos é feita quando um se deixa contaminar pelo outro. Os textos mantêm a sua vertente informativa, mas há um espaço para a interpretação e liberdade criativa do autor que não se encontra nos géneros meramente informativos. De facto, como refere Nogueira, “o Jornalismo Literário é Jornalismo que se quer arte, que rompe com as amarras da técnica, do tempo e do espaço.”¹⁸²

Pelas características acima enunciadas, a reportagem é o género jornalístico privilegiado pelo “jornalismo literário”. No campo do jornalismo informativo, é o género que permite tratar a realidade com mais detalhe e de forma mais extensa, e além disso, é permitida alguma liberdade interpretativa ao autor: “El reportaje es un texto más subjetivo que los dirigidos estrictamente a la información, ya que, además de contener parte de estos géneros, incluye la interpretación de su autor.”¹⁸³ Etimologicamente, de acordo com Godinho, a palavra sugere uma vertente de movimento, sendo que um dos significados é “transportar”. Contudo, a reportagem não é numa distribuição de acontecimentos, é, maioritariamente, um dispositivo que permite ao leitor viajar, reconstituir o caminho do repórter, ainda que apenas através da imaginação.¹⁸⁴ Deste modo, é um género jornalístico que requer reflexão, não se esgota no imediatismo típico, por exemplo, da notícia. Também por aqui se justifica o seu espaço privilegiado no âmbito do “jornalismo literário”.

A publicação do livro *Cold Blood* de Truman Capote, no ano de 1966, marca, de modo geral, o nascimento do *new journalism* norte-americano – o jornalismo literário. Este teve repercussões no Brasil, que se traduziram num “Jornalismo Literário particularmente brasileiro que, embora influenciado pelas técnicas praticadas nos Estados Unidos, desenvolveu-se de maneira completamente diferente e veio a culminar no romance-reportagem.”¹⁸⁵

Com efeito, o romance-reportagem, inaugurado em meados da década de 1970, denuncia a desumanidade do regime militar. Uma vez que a produção literária não sofreu uma

¹⁸⁰ Cf. *Idem*, p. 13.

¹⁸¹ Mesa, Yanes R. - *Géneros periodísticos y géneros anexos: Una propuesta metodológica para el estudio de los textos publicados en prensa*, Madrid: Fragua, 2004, p. 109.

¹⁸² Nogueira, Ana C. S. – *op. cit.*, p. 9.

¹⁸³ Mesa, Yanes R. – *op. cit.*, p. 196.

¹⁸⁴ Godinho, Jacinto - A minha vida não dava um filme: Ensaio de desconstrução da reportagem entre a literatura e o jornalismo. Em A. T. Peixinho & B. Araújo, *Narrativa e Media: Géneros, figuras e contextos* (1.ª ed., pp. 183–202). Imprensa da Universidade de Coimbra. https://doi.org/10.14195/978-989-26-1324-6_7

¹⁸⁵ Nogueira, Ana C. S. – *op. cit.*, p. 32.

repressão tão forte como a imprensa, “ao escolherem escrever o proibido, os jornalistas encontraram um disfarce nas páginas dos livros, camuflando suas reportagens elaboradas em narrativas romanceadas que pareciam ficção.”¹⁸⁶ Em bom rigor, num contexto de liberdade de expressão e imprensa, o conteúdo do romance-reportagem poderia configurar nas páginas de jornalismo puro, aliás, tal como refere Schneider, pela temática, “estas narrativas publicadas em livro por jornalistas (...) caberiam ao noticiário policial.”¹⁸⁷ Porém num ambiente repressivo, a exposição de dimensões da realidade que o regime militar pretendia abafar, apenas se poderia realizar desta forma. Ainda de acordo com Schneider, estas obras tratavam

temas como a tortura nos presídios – e não nos referimos, aqui, à tortura de presos políticos, mas à violência policial exercida contra o preso comum –, a existência de grupos de extermínio – como o Esquadrão da Morte –, a corrupção nos quadros policiais e, de modo geral, a marginalização a que uma grande parcela da população vinha sendo submetida – o “milagre económico”, como se sabe, acentuou a concentração de renda e a desigualdade social.¹⁸⁸

Este “género” surge, então, da necessidade de resposta a uma problemática de um contexto sociopolítico específico, “no qual o romance-reportagem teve lugar, informar também era combater, resistir e denunciar.”¹⁸⁹ A reportagem foi o modo privilegiado para tratar estes assuntos, pois, como já foi referido, permite um grau de detalhe de informação que não é possível alcançar com o recurso à notícia.

A revista *Realidade*, vigente entre 1966 e 1976, é considerada o veículo, por excelência, do jornalismo literário brasileiro. De acordo com Weise, esta revista “atravessou barreiras e ofereceu um padrão de reportagem até então desconhecido no país”.¹⁹⁰ As preocupações editoriais incidiam sobre a realidade nacional, matéria que solicitava investigação jornalística mais profunda e um estilo de escrita mais detalhado, o que figurava as condições necessárias para o surgimento do jornalismo literário. Além disso, e ainda de acordo com o autor, os jornalistas do *Realidade* “chegavam a trabalhar meses em uma só reportagem, o que resultava em um padrão de qualidade jornalística que é comentado até hoje.”¹⁹¹

Tendo em consideração que o romance-reportagem brasileiro consubstancia uma resposta a uma necessidade de um determinado contexto, como já foi referido anteriormente, a

¹⁸⁶ *Idem*, p. 28.

¹⁸⁷ Schneider, Sabrina – “Ditadura Militar e literatura «parajornalística»: desconstruindo relações” in *Estudos de Literatura Brasileira contemporânea*, nº 43, p. 111-132, jan./jun. 2014, p.111.

¹⁸⁸ *Idem*, p.112.

¹⁸⁹ Nogueira, Ana C. S. – *op. cit.*, p.42.

¹⁹⁰ Weise, Angélica F., “Jornalismo Literário: análise de reportagens de José Hamilton Ribeiro na revista *Realidade* in *Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação*, São Paulo, março-maio, 2013, p.4.

¹⁹¹ *Idem*, p. 5.

“literatura da ditadura” – objeto deste estudo – não pode ser considerada romance-reportagem. Porém, isso não significa que não possa ser incluída no género do jornalismo literário, ou pelo menos influenciada por esta prática. De facto, consideramos que os textos que compõe a “literatura da ditadura” incorporam elementos das grandes reportagens, uma vez que estes textos constituem relatos com uma dimensão factual e, simultaneamente, subjetiva, não sendo possível determinar os limites da fidelidade do autor no que concerne à representação do real, ou seja, existe um carácter informativo que é complementado com a experiência e opinião do autor, tal como se verifica nas narrativas do *new journalism*. No que diz respeito à forma, os textos são comparáveis à reportagem, em detrimento de outros géneros jornalísticos, como a notícia – eminentemente informativa –, a crónica – pouco extensa e menos factual – ou a entrevista – fortemente enviesada pela visão de quem a conduz. Por fim, a sua “missão”, à semelhança do romance-reportagem, é de resgate da “história não oficial”, mostrando uma realidade específica que o regime militar desejava ocultar: as ações da guerrilha urbana, a conseqüente vida na clandestinidade que experienciavam os militantes e as torturas, abusos e crueldades a que a polícia sujeitava os presos políticos.

Capítulo 3. Componente Prática

3.1. Sobre o autor

Fernando Gabeira nasceu no ano de 1941, em Juiz de Fora e foi nesta cidade do estado de Minas Gerais que o autor iniciou o seu percurso como jornalista, no final dos anos 50. Na época do golpe de 1964, Gabeira trabalhava no *Jornal do Brasil*, onde exerceu a profissão até ao ano de 1968, e no *Panfleto*. No seu livro *O que é isso, companheiro?*, Gabeira revela que no *Jornal do Brasil* trabalhava para se sustentar e no *Panfleto* operava de forma próxima da sua ideologia política, não sendo este apenas o seu único interesse em manter relações com este semanário do PTB:

o *Panfleto*, dirigido por amigos, dava uns vales que nos permitiam tocar o barco cotidianamente. E, afinal, não era um barco muito pesado: vivíamos em cinco num apartamento do 200 da Barata Ribeiro e o aluguel não custava muito, assim dividido por cinco pessoas.¹⁹²

No ano de 1968, associou-se à organização Dissidência Comunista (posteriormente designada por MR-8) e, em 1969, integrou o grupo que sequestrou o embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick. Após esta ação, o grupo “entrou na geladeira” – expressão utilizada para denominar a vida na clandestinidade¹⁹³ – e Fernando Gabeira deslocou-se para a cidade de São Paulo:

Fiquei sabendo que iria para São Paulo e gostei da ideia. A ALN tinha alguns contactos e não sabia exatamente o que fazer com eles no momento. O grosso dos seus quadros estava concentrado no trabalho armado, preparação da guerrilha no campo e realização de ações de logística na cidade. Nós, que falávamos tanto na necessidade de organizar os operários, na importância de São Paulo, por que não cuidávamos daquilo por um tempo?¹⁹⁴

Em 1970, numa tentativa de escapar à polícia, o escritor foi atingido por um tiro que afetou um rim, o estômago e o fígado.¹⁹⁵ Deste modo, a primeira vez que Gabeira contactou com a realidade da tortura foi ainda no hospital, como revela em entrevista ao *Pasquim*: “os primeiros contactos que tive com a repressão depois que fui baleado foi no hospital. Um dos torturadores entrou na sala quando eu ainda estava anestesiado. O médico não queria, mas o

¹⁹² Gabeira, Fernando – *op. cit.*, 2016, p.13.

¹⁹³ Cf. *Idem* p. 154.

¹⁹⁴ *Idem* p. 163.

¹⁹⁵ Gabeira, Fernando – “Carta sobre a Anistia”, 1979, p. 25. Disponível em [Biblioteca Brasil Nunca Mais - DocReader Web \(docvirt.com\)](https://www.bibliotecabrazilnunca.com.br/docvirt.com) Acedido a 11/07/2022.

torturador conseguiu-se impor.”¹⁹⁶ O seu frágil estado de saúde amenizou a sua passagem pela prisão, dado que não era possível sujeitá-lo aos métodos de tortura recorrentes, como o pau de arara ou a Cadeira do Dragão.¹⁹⁷ No livro, *O que é isso companheiro?*, o autor reflete sobre esta situação, afirmando que apenas pode abordar a temática da tortura como artista, mas ainda assim, refere que “não é necessário estipular uma cota de tiros ou de dor para se falar da guerrilha urbana ou da tortura.”¹⁹⁸ Foi libertado ainda no ano de 1970, na sequência da troca de 40 presos políticos pelo embaixador alemão Ehrenfreid Von Holleben, conforme noticiou o jornal *Folha de São Paulo*:

Os 40 presos políticos soltos pelo governo brasileiro desembarcaram na noite de segunda-feira (15) em Argel, na Argélia, onde receberam asilo. Eles ganharam liberdade porque os sequestradores do embaixador da República Federal Alemã no Brasil, Ehrenfried Von Holleben, fizeram essa exigência. Como o pedido foi atendido, os serviços de segurança em Guanabara passaram a esperar pela libertação do diplomata alemão, que está sequestrado desde quinta-feira (11). Os presos trocados por Von Holleben deixaram o Brasil na condição de banidos. Estão nessa lista nomes como Fernando Gabeira e Carlos Minc.¹⁹⁹

Fernando Gabeira viveu também no Chile (onde presenciou o golpe que derrubou Allende, em 1973), em Itália e na Suécia onde trabalhou na Rádio Suécia e também como condutor de metropolitano.²⁰⁰ A experiência do exílio é retratada no seu segundo livro, *O Crepúsculo do Macho*, publicado em 1980. Em 1979, ano em que retornou ao Brasil, Gabeira é fotografado “enfiado em uma minúscula tanguinha de crochê na praia de Ipanema,”²⁰¹ tornando-se alvo de imediata exposição mediática. Na verdade, de acordo com Waizbort, o escritor já era conhecido do público, antes do seu regresso ao Brasil. Durante o exílio, em 1979, foi publicado um livro, no Brasil, que incluía a entrevista que o autor deu ao *Pasquim*, em Paris (episódio a que Gabeira faz referência em *O Crepúsculo do Macho*²⁰²) em conjunto com outros textos da sua autoria. Por isso, como afirma Waizbort, “quando Gabeira desembarca no Galeão,

¹⁹⁶ *Idem* p.26.

¹⁹⁷ Cf. Gabeira, Fernando – *op. cit.*, p. 186.

¹⁹⁸ *Idem*, p. 186.

¹⁹⁹ «1970: Grupo chega à Argélia, e libertação de embaixador é esperada no Rio», *Folha de S.Paulo*, 15 de junho de 2020, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2020/06/1970-grupo-chega-a-argelia-e-libertacao-de-embaixador-e-esperada-no-rio.shtml>. Acedido a 11/07/2022

²⁰⁰ «As muitas histórias e vidas de Fernando Gabeira», *#Jornal da USP* (blog), 16 de fevereiro de 2021, disponível em <https://jornal.usp.br/cultura/as-muitas-historias-e-vidas-de-fernando-gabeira/>. Acedido a 11/07/2022

²⁰¹ *Idem*

²⁰² Cf. Gabeira, Fernando – *op. cit.*, 2008, p. 226-227.

em 31 de agosto de 1964, ele já é uma «personalidade», filmado e entrevistado pela TV”²⁰³. O momento da chegada é igualmente relatado no seu segundo livro:

Karin, querida:

Ceguei e aqui vai o primeiro cartão. Centenas de pessoas esperando. Felicidade geral e uma banda de música. No avião em Paris entrou um quadro de futebol e os amigos me carregaram no aeroporto ao lado de uma imensa taça esportiva. Vi o filme na televisão ainda ontem. O repórter me perguntava o que iria fazer de agora em diante e respondi assim: – Não tenho a mínima ideia.²⁰⁴

²⁰³ Waizbort, Leopoldo – “A trilogia do retorno de Fernando Gabeira” in *Escritos: Revista da Fundação Casa Rui Barbosa*, v.7, n.7, pp.41-92, 2013, p. 55.

²⁰⁴ Gabeira, Fernando – *op. cit.*, 2008, p. 245.

3.2. Sobre o livro

Publicado pela primeira vez em 1979, o livro *O que é isso, companheiro?* de Fernando Gabeira narra os acontecimentos vividos pelo autor entre 1964 e 1974. Com efeito este “livro de um homem correndo da polícia”²⁰⁵ expõe, recorrendo ao discurso autobiográfico, as primeiras reações da oposição ao golpe militar em 1964, no Brasil, o crescente envolvimento do autor com as ações da luta armada, o seu ingresso na organização Dissidência Comunista, o sequestro do embaixador americano, a conseqüente vida na clandestinidade e a prisão. A narrativa termina com a libertação de Gabeira e a entrada no avião rumo ao exílio na Argélia. O narrador autodiegético – comum no discurso autobiográfico – não se limita a uma descrição passiva dos factos, pois a autorreflexão, a autocrítica e crítica ao pensamento e modo de agir de alguns movimentos da esquerda brasileira são assuntos recorrentes.

A obra está organizada em dezasseis capítulos de extensão relativamente homogénea, rondando as 6 páginas, à exceção do último e penúltimo capítulo que contam com 34 e 83 páginas. O penúltimo capítulo corresponde ao sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick e o último capítulo retrata a vida na clandestinidade e “«queda» do narrador, sua prisão e vida na prisão, interrogatórios e tortura”²⁰⁶, a libertação e rumo ao exílio na Argélia, o que explica a sua maior extensão e destaque. Os capítulos anteriores dão conta da progressiva participação de Fernando Gabeira na luta armada até atingir a ação de maior dimensão, o sequestro.

A narração segue uma lógica cronológica dos eventos, sendo apenas interrompida por referências à infância e acontecimentos no exílio. Aliás, a obra inicia-se com uma peripécia do exílio, o autor está em Santiago do Chile, a tentar deslocar-se para a embaixada da Argentina, para conseguir asilo, aquando do golpe que derrubou Allende, em setembro de 1973.

A escrita é clara e acessível e predomina o tom coloquial, concorrendo para esse aspeto a frequente existência de um narratário. Por exemplo, todo o discurso do segundo capítulo é endereçado a António Duarte, existindo outros exemplos sem identificação direta do narratário.

Por fim, é relevante destacar que, integrando o campo da “literatura da ditadura”, o livro funciona de acordo com o que se definiu anteriormente como sendo a função da literatura na *Era das Catástrofes*, a exposição de factos e acontecimentos que o discurso hegemónico pretendeu abafar, missão que, de facto, Gabeira também reconhece:

²⁰⁵ Gabeira, Fernando – *op. cit.*, 2016, p. 11.

²⁰⁶ Waizbort, Leopoldo – *op. cit.*, p. 74.

Os políticos podem dar o balanço dos mortos, do número de cassados, refugiados, banidos. Mas quem dará balanço dos projetos humanos que se frustraram, dos abraços que se negaram, dos beijos paralisados, tudo por medo? Quem dará o balanço do medo que nós tivemos? (...) Creio que são imensas as possibilidades que se abrem para os romancistas, os cineastas, os compositores, todos os artistas que sabem muito melhor do que o próprio político criar aquele desejo profundo, aquela sensação que até hoje diante de Hitler e dos campos de concentração: isto não se pode repetir.²⁰⁷

²⁰⁷ Gabeira, Fernando – *op. cit.*, 1979, p.5.

3.3. Receção da obra

O regresso do autor ao seu país significou simultaneamente o retorno de experiências de uma geração silenciada pelo regime militar. Num clima de abertura, ainda que “lenta, segura e gradual”, é compreensível que depoimentos de denúncia de abusos cometidos pelo regime e injustiças sociais tenham encontrado um ambiente fértil para a sua difusão. Aliás, Daniel Reis refere que estas obras “correspondiam a anseios difusos no país, e as vendagens alcançadas são indicador seguro do fenómeno.”²⁰⁸ De facto, foi o que sucedeu com *O que é isso, companheiro?* que, num ano e meio, vendeu 100 mil exemplares.²⁰⁹

A popularidade de Fernando Gabeira influenciou, de igual modo, o sucesso da obra, mas as “suas características incomuns e, em sentido pleno, excêntricas”²¹⁰ são, igualmente, fatores determinantes deste êxito. Tal como refere Waizbort, citando a revista *Veja*, Gabeira regressou ao Brasil transformado: “Gabeira retornou como «o político do prazer»: o terrorista Fernando Gabeira não existe mais; quem voltou ao Brasil foi Gabeira, amante da natureza e defensor da alegria de viver.”²¹¹ Da perspetiva de uma análise mais superficial, estas dimensões da esfera pessoal podem parecer distantes da política, porém, “o problema que Gabeira procura trazer, em suas mensagens e seus livros, é justamente esse: todas essas atitudes e choques intencionalmente provocados constituem um projeto político.”²¹²

De acordo com a reportagem da revista *Veja*, citada por Leopoldo Waizbort, Gabeira lutava por causas associadas, na época, à esquerda radical, “como a erradicação do machismo, emancipação da mulher, do negro, à defesa da ecologia, à arregimentação dos jovens, à mobilização dos homossexuais e à libertação de todas as classes.”²¹³ De facto, alguns destes temas são alvo de discussão no livro *O que é isso, companheiro?*. Por exemplo, acerca do machismo, a reflexão corresponde à forma como enfrentou a tortura:

Meu sofrimento, perto do que vi e senti, é insignificante. Só poderia falar de tortura se tivesse caído inteiro, sem nenhum tiro, e tivesse enfrentado o mesmo processo que os outros. Mas é preciso pedir desculpas por não ter sido tão torturado quanto os outros? Pode-se falar de tortura enquanto artista? As marcas do machismo sul-americano são fortes, mas tantos anos passados talvez já as tenha dissipado em mim.²¹⁴

²⁰⁸ Filho, Daniel Aarão Reis – “Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60” in Gaspari, Elio, *Versões e ficções: o sequestro da história*, Editora Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 35.

²⁰⁹ Cf. Waizbort, Leopoldo – *op. cit.*, p. 42.

²¹⁰ *Idem*, p. 41.

²¹¹ *Idem*, p. 43.

²¹² Silva, Mário Augusto Medeiros – *op. cit.*, p. 164.

²¹³ Waizbort, Leopoldo – *op. cit.*, p. 42.

²¹⁴ Gabeira, Fernando – *op. cit.*, 2016, p. 186.

Por sua vez, a desumanidade no tratamento dos homossexuais nas prisões, a que o escritor assistiu na prisão do Rio de Janeiro, é igualmente descrita no seu primeiro livro. O escritor denuncia a exploração laboral a que estes reclusos eram subjugados e as humilhações a que os polícias os sujeitavam:

Mas ninguém fazia nada pelos homossexuais que eram presos ali. Constantemente era renovado o plantel porque o distrito policial necessitava deles na limpeza e no transporte interno. Eram presos apenas porque eram homossexuais pobres e forçados a um trabalho não remunerado dentro da cadeia. Várias vezes expressámos nossa solidariedade a eles. Como gente de esquerda, achávamos que aquilo era um insulto – prender as pessoas por suas opções sexuais e, além do mais, forçá-las ao trabalho. (...) Tudo o que podíamos fazer era protestar quando os polícias vinham-nos mostrar os seios que eles desenvolveram à custa de hormônios. Eram mostrados como se fossem bichos ou mercadoria.²¹⁵

Ainda acerca da questão da sexualidade, o autor tece a sua própria reflexão individual. Revela que se sentia atraído por um dos presos: “Marlene não tinha seios e me parecia o mais atraente. Gostava de me pendurar na cela para vê-lo desfilar (...).”²¹⁶

Deste modo, o escritor correspondia às expectativas do renovado ambiente cultural, consequência, em parte, do novo plano político. De acordo com Waizbort, não é possível indicar com segurança o perfil do consumidor desta obra. Porém, o autor identifica três grupos de leitores: a geração de Fernando Gabeira, para quem a obra constituía um modo distinto como outros experienciaram os mesmos eventos; a geração anterior, que através da leitura, tinha a possibilidade de ter conhecimento da experiência da geração de Gabeira; e por fim, a geração posterior, que Waizbort considera ser o público maioritário, contactava com curiosidade com uma realidade desconhecida. “Em suma, parece que quase todos se sentiram de algum modo provocados pela narrativa de Gabeira, embora por diferentes razões.”²¹⁷

Contudo, tal como indica Silva, verificou-se um declínio do interesse pelo autor. No ano de 1981, no âmbito da crítica veiculada pelos jornais, Gabeira era considerado uma “velha novidade”.²¹⁸ Ainda assim, Gabeira não deixa de ser um fenómeno, pois tal como refere Silva, o escritor

inaugura a capacidade de um exilado ser *best-seller* – o que, em alguns aspetos, pôde ser visto como algo de positivo, no âmbito da difusão de ideias – ao mesmo tempo que é transformado – e se deixa transformar

²¹⁵ *Idem* pp. 218-219.

²¹⁶ *Idem* p. 219.

²¹⁷ Waizbort, Leopoldo – *op. cit.*, pp. 43-46.

²¹⁸ Silva, Mário Augusto Medeiros – *op. cit.*, p. 172.

– juntamente com seus livros, em uma mercadoria midiática, parecendo pouco se importar com isso (ao menos não manifesta crítica a respeito do assunto).²¹⁹

²¹⁹ *Idem*, p. 164.

3.3. Afinal, o que é isso, companheiro?

Neste capítulo pretende-se analisar como a obra *O que é isso, companheiro?* recorre a mecanismos do testemunho e da autobiografia, para comprovar a existência de uma literatura da ditadura composta pelas duas vertentes. Apesar do presente estudo considerar este “subgénero” como um híbrido entre testemunho, autobiografia e jornalismo literário, as duas primeiras dimensões são mais pronunciadas, pelo que dedica mais pormenor a este binómio, sendo posteriormente analisado o modo como podem ser incorporados elementos característicos do jornalismo literário na literatura da ditadura.

Primeiramente, este livro mostra como o testemunho é fundamental para a sociedade e para o indivíduo. Como já foi referido anteriormente, *O que é isso, companheiro?* surge num momento fértil para o advento de narrativas ilustrativas de assuntos interditos pelo regime militar. Deste modo, além de resposta ao ambiente de abertura política vivido, este tipo de obras corresponde a uma vontade de reconstrução de memória coletiva, pois incorpora discursos paralelos ao discurso hegemónico. De facto, como destaca Waizbort,

A memória é sempre social, depende de grupos sociais para se construir, depende de experiências sociais que a alimentem. A memorialística de Gabeira tem seu lugar histórico na memória geracional daqueles que viveram o golpe no início da idade adulta ou às suas portas. (...) Ele narra uma das situações extremadas vividas por sua geração (...).²²⁰

Ainda assim, a obra em estudo constitui um relato de luta armada, clandestinidade e prisão narrado de uma perspetiva pessoal, pelo que o recurso aos processos da autobiografia é indispensável. Por um lado, do ponto de vista pessoal, a escrita do testemunho representa uma necessidade de tentativa de reencontro do sobrevivente consigo mesmo. Como definido anteriormente, o conceito de catástrofe, além de significar um momento de extrema violência, também denomina um desequilíbrio impossível de reconstituir que, associado à noção de trauma – igualmente já avançada – como evento que altera a perceção do eu, torna evidente que a tentativa de recompor a identidade antes da catástrofe seja uma preocupação na escrita do sobrevivente. Esta indagação identitária, característica do género do testemunho, é permitida pelos mecanismos da autobiografia, pelo que se compreende a articulação destes dois eixos. Como mencionado no capítulo anterior, a relevância do testemunho reside no carácter não exclusivamente documental dos relatos que compõem a literatura testemunhal. Admitindo – como de igual modo se referiu no subcapítulo “Literatura de testemunho: *testimonio*, estudos

²²⁰ Waizbort, Leopoldo – *op. cit.*, p. 58.

do Holocausto e relação com a produção brasileira”, – que documentos estritamente históricos são insuficientes para analisar a relação entre o indivíduo e a experiência traumática, torna-se então necessário identificar os processos que permitem veicular a subjetividade inerente ao relato. De facto, não são só as características intrínsecas da literatura de testemunho que favorecem esta faceta, também os mecanismos do discurso autobiográfico veiculam a possibilidade da existência de um ponto de vista com mais carga subjetiva, no relato.

Com efeito, os factos históricos ignoram a subjetividade e a carga emotiva do sujeito. Não obstante, o testemunho confere acesso ao plano das emoções e ao impacto da catástrofe no sujeito, pelas falhas que o discurso pode conter, pelos deslizos temporais ou outros elementos do discurso que não correspondam a aspetos inteiramente verídicos que, como já foi indicado, não comportam falhas textuais, mas sim características do género do testemunho. Deste modo, ao incluir a autobiografia no estudo destas obras testemunhais, verifica-se que os componentes do discurso autobiográfico permitem um acesso mais estreito à relação do indivíduo com o trauma, dado que a autobiografia – de modo bastante simplista – corresponde à escrita do eu acerca de si mesmo. Assim, os seus processos permitem que o sobrevivente tenha total controlo na construção da história da sua identidade e do modo como pretende expor a sua conexão com a catástrofe. A autorreflexão e a autocrítica são, portanto, dimensões permitidas pelo discurso autobiográfico que contribuem para esta busca identitária e que demonstram, notoriamente, a carga emotiva associada à situação que a vítima tenciona expor, como se irá demonstrar posteriormente. Resumindo, “ao narrar, o narrador firma sua identidade: os marcos de uma experiência que é sua balizam e ancoram a identidade do eu.”²²¹

De facto, a autorreflexão e a autocrítica são elementos estruturantes do livro e, de certo modo, constituem características ou componentes deste subgénero, uma vez que se podem encarar como instrumentos de busca identitária e reconciliação com o passado. No caso de *O que é isso, companheiro?* a autorreflexão e consequente autocrítica focam, principalmente, a falta de preparação do autor para as questões inerentes à luta contra o regime, quer no plano teórico, quer no plano prático. Em primeiro lugar, nos primeiros capítulos da obra, o autor reconhece como insuficiente a sua preparação ideológica para compreender as dificuldades internas do partido:

(...) as questões que a luta interna foi colocando diante dos meus olhos eram muito mais sofisticadas do que as minhas. O Brasil é ou não um país capitalista? É possível chegar ao poder pacificamente? Minhas perguntas eram na verdade questões técnicas insignificantes: o que adiantaria resistir com as armas do

²²¹ *Idem*, p. 76.

Aragão? O que importa onde estavam os estudantes se nem eles nem ninguém sabia como se comportar num momento desses, como foi o momento do golpe de 1964? (...) Com ideias tão vagas, acompanhei a luta interna.”

Posteriormente, já após o sequestro do embaixador norte-americano, Gabeira expõe a falta de preparação das Organizações, no plano teórico, para conduzir tarefas desta índole. De acordo com o autor, também a sua preparação teórica era escassa:

“Pessoalmente, ao ler a trilogia de Isaac Deutscher sobre Trotsky, fiquei escandalizado com os bolcheviques; Lênin pedira a Stálin para ir à Austria fazer uma pesquisa e produzir um artigo sobre as nacionalidades. Mesmo sem conhecer o texto de Stálin, achava que aquilo era um luxo, que era uma revolução altamente intelectualizada, comparada com a nossa e com a cubana. A cubana aparecia como o exemplo novo e revitalizador: uma teoria *post-festum* e assim mesmo muito pouca. Como é que um intelectual se pode negar tão profundamente?”²²²

De igual modo, o autor reconhece que o treino para a luta armada era claramente insuficiente e básico – “o feijão com arroz”²²³ –, porém, este facto apenas se torna claro no momento da escrita, no final da década de 70. Na época alvo de relato, o autor afirma que o próprio e os restantes membros da Organização regressavam do treino militar convictos da qualidade da sua preparação militar.²²⁴ Em suma, tal como aponta Waizbort, “o narrador de 1978-79 exerce uma continuada autocrítica do que ele era e de como se comportava nos anos da luta armada. Uma crítica que assinala a ingenuidade, o dogmatismo etc., e que é modelada por uma defesa de algo que não tinha lugar naquela situação: o sentimento, a fraqueza humana, «o nosso lado mais emocional»”.²²⁵

Por outro lado, para o sobrevivente, a escrita serve como meio de racionalização dos acontecimentos que provocaram o trauma. Tal como refere Waizbort, a escrita do passado é um modo de desbloquear o presente²²⁶, ou seja, a narração facilita ao autor uma reflexão sobre o seu passado, o que permite que o indivíduo possa avançar no presente. De facto, na obra em estudo verifica-se que o presente funciona na narrativa como motivo para recordar determinados episódios, por outras palavras, a propósito de um evento da sua vida no exílio – o momento em que escreve – o autor redireciona a ação para um acontecimento do período que pretende narrar. Por exemplo, para introduzir a história, o autor relata o momento em que está

²²² *Idem*,

²²³ *Idem*, p. 101.

²²⁴ *Idem*, p. 101.

²²⁵ Waizbort, Leopoldo – *op. cit.*, p. 75.

²²⁶ Waizbort, Leopoldo – *op. cit.* p.56.

a tentar obter asilo político na embaixada da Argentina, no Chile, durante o golpe que derrubou Allende:

Este, portanto, é o livro de um homem correndo da polícia, tentando compreender como se meteu, de repente, no meio da Irarrazabal, se apenas cinco anos antes estava correndo da Ouvidor para a Rio Branco, num dos grupos que fariam mais uma demonstração contra a ditadura militar que tomara o poder em 1964. Onde estávamos quando tudo isso começou?²²⁷

É importante notar que esta passagem revela também a característica da escrita como modo de refletir sobre o passado. Lê-se que neste livro o autor pretende compreender a sucessão de eventos desde o golpe militar de 1964 até àquela tarde de setembro de 1973. Este momento de fuga à polícia chilena é igualmente central pois, de acordo com o autor, foi o que motivou a redação do livro: “Foi assim, nessa corrida meio culpada, que me ocorreu a ideia: se escapo de mais esta, escrevo um livro contando como foi tudo. Tudo? Apenas o que se viu nesses dez anos, de 1968 para cá, ou melhor, a fatia que me coube viver e recordar.”²²⁸

As discordâncias temporais acontecem em vários pontos da narrativa. Por exemplo, no início do capítulo X, o autor revela que, durante o exílio, frequentava o La Coupole para introduzir a sua entrada na Dissidência Comunista:

Às vezes vou ao La Coupole, em Montpamasse, para comer um peixe e às vezes ver as pessoas. É o bar que Lénin frequentava para tomar seu leite com groselha. Jamais tomei leite com groselha, mas... Mas em 1968 entrei para uma organização leninista.²²⁹

Outro exemplo surge no capítulo VIII, igualmente no início. O autor faz referência a uma amiga que o questiona sobre o ano de 1968 no Brasil e em seguida inicia a reflexão sobre a morte de Edson Luís.²³⁰ Não são apenas acontecimentos do exílio que motivam estes saltos temporais, o mesmo ocorre com memórias de infância. Com o intuito de justificar estas discrepâncias, a presente análise considera duas hipóteses: em primeiro lugar, o recurso à época do trauma, onde a reflexão sobre o passado surge como forma de conseguir continuar a viver; em segundo lugar, o retorno a uma fase da vida anterior à catástrofe e ao subsequente trauma, estratégia a que o autor recorre para tentar ultrapassar o trauma e restituir o equilíbrio perdido. Porém, é oportuno considerar que estes recuos – em particular as referências à infância – podem servir, simultaneamente outros propósitos, como este estudo irá problematizar posteriormente.

²²⁷ Gabeira, Fernando – *op. cit.*, 2016, pp. 11-12.

²²⁸ *Idem* – *op. cit.*, 2016, p.11.

²²⁹ *Idem*, p. 82.

²³⁰ Cf. *Idem*, pp. 66-67.

Torna-se, então, evidente a fronteira ténue entre ficção e realidade, em que se alicerça a autobiografia. Estes episódios correspondem a situações de um passado não verificável ou, em última instância, de difícil comprovação, e a sua presença na obra é veiculada pelos mecanismos da autobiografia. Assim sendo, a possibilidade de inclusão de elementos ficcionais num depoimento comprova a importância do contributo da autobiografia para a literatura de testemunho.

De facto, a questão da ficção não deve afastar-se da discussão do testemunho. Dado que a tensão entre a catástrofe e a sua representação reside na sua irrepresentabilidade, é impreterível que o modo de expressão do trauma não seja restringido pelas normas do discurso estritamente factual, uma vez que não só não é possível fazê-lo meramente através dos factos, como o conteúdo do testemunho ultrapassa os factos, pois a vítima relata as emoções provocadas por uma realidade de violência insólita. Neste sentido, o sobrevivente tem a possibilidade de recorrer aos métodos que desejar para retratar o trauma e sendo que não há forma concreta de o fazer, o limite é a criatividade do sobrevivente e a literatura constitui o ducto adequado para esta missão. Waizbort resume esta questão: “a teoria do testemunho nos ensina como o indizível do sofrimento (...) somente encontra expressão pela via da imaginação.”²³¹

Além da importância da ficção, é pertinente referir de igual modo os processos que podem assegurar a veracidade do depoimento. Com efeito, no capítulo anterior, a literatura de testemunho foi considerada como próxima à noção de ficção política com estatuto de verdade, pretendendo-se, nesta fase, compreender como se pode afirmar a existência desse estatuto. Tal como refere Waizbort, devido ao carácter individual da obra, o estatuto de verdade está circunscrito pelas experiências do autor, sendo deste modo, a autorreflexão fulcral para definir a verdade: “Gabeira reivindica a verdade, uma verdade obtida através da reflexão, ou melhor, autorreflexão do narrador.”²³² Por outras palavras, o recurso ao discurso autobiográfico é imprescindível para garantir a veracidade do depoimento, e ainda que se reconheça a autobiografia como paradoxo entre realidade e ficção, a importância do pacto autobiográfico é inequívoca. Pelo exposto, ao permitir que o autor veicule autorreflexão e autocrítica, os mecanismos da autobiografia servem, de igual modo, a verdade. Ainda assim, existem outros artifícios a que o autor recorre para reforçar a veracidade da sua narrativa.

Em primeiro lugar, destaca-se a referência a outras fontes de informação, como os trabalhadores dos bares que os opositores ao regime frequentavam (“Teríamos de pedir a um

²³¹ Waizbort, Leopoldo – *op. cit.*, p. 66.

²³² Waizbor, Leopoldo – *op. cit.*, pp. 62-63.

garçom que desse seu depoimento sobre a história de 1968 no Rio de Janeiro.”)²³³ ou os arquivos da polícia que o autor declara que poderiam reconstruir a história da Ação Popular.²³⁴ Por seu turno, outro elemento que demonstra a vontade do autor de comprovar a sua história – e é revelador da sua consciência de que existem outras formas de testemunhar o mesmo evento – é a referência, no prefácio da edição de 1996 de *O que é isso, companheiro?*, à leitura e anotações do embaixador Charles Burke Elbrick à obra. De acordo com Waizbort, neste paratexto, Gabeira declara que teve em consideração a correção feita pelo embaixador à descrição da pancada na cabeça que sofreu durante o sequestro: “Decidi adotar sua ótica e retirar a expressão, para que o leitor tenha uma ideia mais precisa da intensidade do golpe.”²³⁵

Posteriormente, a forte presença do tom coloquial do discurso pode configurar uma tentativa do autor de criar empatia com o leitor e assim potenciar a persuasão do discurso. De facto, toda a narração é “um franco diálogo com o leitor”²³⁶, dirigindo-se o autor várias vezes a um narratário, como por exemplo no início do terceiro capítulo: “o amigo talvez fosse muito novo em 1964, eu mesmo achei a morte de Getúlio um barato só porque nos deram um dia livre na escola”²³⁷. É possível supor que nesta passagem em concreto, o autor tenta criar um elo com o leitor mais jovem, de uma geração que potencialmente não tem clara consciência dos acontecimentos da época, expondo o modo como reagiu a um evento semelhante na sua infância. Por outro lado, no capítulo VII, a propósito do modo de pensar a ação armada dos militantes da esquerda em 1968, o autor tenta aproximar-se de um público da sua geração ou pelo menos com consciência dos acontecimentos da época: “Claro, você ri. Estamos quase em 1980 e tanto os nervos de aço como as louras de página policial já não fazem sucesso.”²³⁸ Neste excerto, Gabeira não só se serve do tom coloquial, como da autocrítica para persuadir o leitor, pois expõe o seu modo de pensar na época que narra e inclui que na época da publicação já ultrapassou esse pensamento.

Por outro lado, a referência a episódios da infância, além de integrar o campo de busca identitária, serve também o propósito de aproximar autor e leitor, sendo que Gabeira refere alguns episódios presentes na infância de qualquer leitor, como por exemplo:

A vida de geladeira me lembrava a infância, quando nos prendiam no quarto com uma daquelas doenças inevitáveis: sarampo, cachumba, catapora. Ali ainda era possível olhar pela janela a chuva fininha caindo

²³³ Gabeira, Fernando – *op. cit.*, 2016, p. 83.

²³⁴ Cf. *Idem*, p.158.

²³⁵ Cf. Waizbort, Leopoldo – *op. cit.*, p.61.

²³⁶ Silva, Mário Augusto Medeiros – *op. cit.*, p.77.

²³⁷ Gabeira, Fernando – *op. cit.*, 2016, p. 26.

²³⁸ *Idem*, p.100.

nas ruas de Minas, a tropa de burros transportando carvão, a cara do carvoeiro manchada de negro nas bochechas. Os adultos apareciam de tarde e de manhã, colocavam o termómetro, não sem balançá-lo energicamente antes. Quando o tiravam e se aproximavam da claridade, discutiam em voz baixa. Trinta e sete e meio, normal; não, trinta e sete e meio ainda é febre. Não sabíamos o que significavam aqueles números e nem aquela coisa fria debaixo do braço. Mas a palavra febre era definitiva. Com febre você não pode sair; enquanto tiver febre, você terá de ficar dentro do quarto. De manhã você tinha menos febre, de tarde as coisas pioravam. E isso era todo o dia. Por que não enfiar aquele termómetro só de manhã?²³⁹

O autor compara a vida na clandestinidade com um evento banal da infância como ter febre e não poder abandonar determinado espaço. Aliás, a palavra “inevitáveis” não é usada de modo inocente, podendo ser substituída, por exemplo, pela expressão “todo o leitor compreende porque já passou pela experiência.” Outro exemplo surge no início do livro quando o autor compara o ambiente de uma manifestação contra o regime militar com o regresso dos jogadores e adeptos de um clube de futebol após uma derrota:

Lembrei minha terra. O Guarani Futebol Clube batido mais uma vez, pelo mesmo adversário, irrompendo na rua Vitorino Braga com a sua bandeira azul e branca, cantando «em Juiz de Fora quem manda sou eu». Aquelas pessoas gritando na rua, a vida seguindo seu curso, o trânsito engarrafado por alguns minutos, tudo isso me fazia pensar. O rosto dos jogadores do Guarani, nossas camisas meio rasgadas, a gente de cabeça erguida enquanto todos atacavam seu macarrão de domingo, macarrão com ovos marca Mira, vinho moscatel.²⁴⁰

Neste excerto, é comparada a sensação de derrota da oposição ao regime e a sua conseqüente revolta com um acontecimento que possivelmente grande parte dos leitores conhece, tal como dizer: “o leitor conhece o sentimento de derrota, mostra a sua indignação, mas a vida segue.”

De igual modo, no capítulo referente ao sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick, o autor compara o espanto com que os guerrilheiros olhavam a pasta do diplomata, temendo que contivesse algum dispositivo de identificação, com uma simples peripécia da infância: “Não sei se você, enquanto menino, já matou uma cobra e teve medo da mexida que a cobra dá, depois de morta. Estávamos diante da pasta como diante de uma cobra morta.”²⁴¹

Sem embargo, existem na obra referências à infância que servem outros propósitos, com uma ligação mais estreita à reflexão identitária, como ilustra a seguinte passagem:

²³⁹ *Idem*, pp. 162-163

²⁴⁰ *Idem*, pp. 12.

²⁴¹ *Idem*, p. 122.

Nasci e me criei num bairro operário, de trabalhadores de indústria têxtil. Vi processos históricos como a desapropriação de seus teares e a sua absorção nas grandes fábricas. (...) Conheci operários simpáticos, operários insuportáveis e não tinha muita razão para idealizá-los.²⁴²

Neste caso, o autor procura justificar suas escolhas, expõe esta informação da sua infância para explicar e criticar a forma como alguns elementos da esquerda idealizavam a condição de operário, como acontecia com alguns estudantes que, de acordo com o autor, se consideravam operários.²⁴³ Por outro lado, recorre a lembranças do espaço onde cresceu para justificar a sua aproximação com o PTB:

Os relatos de Ryff me ajudaram a lançar um olhar um pouco mais complacente em direção ao PTB. Ajudaram também a recompor uma simpatia perdida, uma simpatia que se formara na infância. A rua onde nasci e me criei era de operários de indústria têxtil de Juiz de fora. Eles gostavam do PTB (...) Meu olhar se voltava agora para o PTB, sem nenhuma grande mágoa. Na infância, a polarização era muito grande entre PTB e UDN, esta aristocracia, com pavor da ascensão dos trabalhadores para um nível de vida melhor e de uma cultura mais popular. Recompor a imagem do PTB era de alguma maneira não se identificar com a UDN, estabelecer uma ponte entre o passado e o presente. Só uma caminhada de esquerda, entretanto, poderia resolver um impasse mais profundamente.²⁴⁴

Resumindo, os mecanismos veiculados pela autobiografia que permitem a autorreflexão e a autocrítica são fundamentais para a aceitação do testemunho como verídico. Assim sendo, a autobiografia é uma componente basilar da literatura de testemunho e, conseqüentemente, da “literatura da ditadura”.

Relativamente à influência do jornalismo literário, convém destacar em primeiro lugar, que se verifica uma aproximação do discurso do livro ao registo jornalístico pela escrita simples, clara e acessível, o caráter informativo e a predominância da ordem cronológica dos eventos. Como é evidente, existem aspetos que não enquadram as características do discurso jornalístico e que correspondem ao domínio do discurso literário, como é o caso do recurso ao tom coloquial, as discrepâncias temporais e a possível presença de elementos ficcionais, como já se abordou anteriormente. Com efeito, verifica-se um cruzamento entre literatura e jornalismo, condição que se considerou ser um dos fundamentos do jornalismo literário. Porém, recorrer apenas a esta particularidade para considerar toda a obra um romance-reportagem é insuficiente. Como se verificou no capítulo anterior, o jornalismo literário brasileiro surge como

²⁴² *Idem*, p. 169.

²⁴³ Cf. *Idem*, p. 168.

²⁴⁴ *Idem*, p. 28.

resposta a um contexto repressivo específico, como tentativa de informar o público de assuntos censurados nas redações, mas que, camuflados de produção literária escapavam à repressão.

Tomando como exemplo o caso de *O que é isso, companheiro?* seria excessivo considerar que toda a obra consiste num romance-reportagem. De facto, o percurso individual, a autorreflexão e a autocrítica ocupam uma posição de grande destaque não só nesta obra, mas de igual modo em outras produções da “literatura da ditadura”. Como tal, se se olhar de forma isolada para alguns episódios, estes podem ser considerados reportagens que poderiam integrar o campo do *New Journalism*.

Com efeito, na obra em estudo destaca-se o penúltimo capítulo, que diz respeito ao sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick como episódio que poderia constituir uma reportagem literária. Em primeiro lugar, é possível responder às questões básicas do registo jornalístico: O quê? Ocorreu um sequestro; Quem? O embaixador americano Charles Elbrick; Quando? “Quinta-feira, princípio de primavera. (...) era um dia nublado, desses milhares de dias que entram na gaveta da memória e não saem jamais.”²⁴⁵; Onde? Botafogo; Como? Corresponde ao objetivo do capítulo, ou seja, como membros do MR-8 e da ALN conseguiram sequestrar o embaixador; Porquê? Para libertação de quinze presos políticos. Deste modo, este carácter informativo é complementado com a opinião e experiência do autor, que foi um dos participantes desta ação de guerrilha. No que diz respeito à forma, o capítulo aproxima-se da reportagem e não da notícia, primeiramente pela sua extensão (34 páginas) e pelo complemento pessoal ao conteúdo informativo, supramencionado.

Em suma, a “literatura da ditadura” comporta elementos do jornalismo literário, apesar de ser excessiva a sua categorização neste género.

²⁴⁵ *Idem*, p. 120.

Conclusão

“A literatura de testemunho é mais do que um género: é uma face da literatura que vem à tona com a época das catástrofes.”²⁴⁶ Regressar a este pensamento de Seligmann-Silva é pertinente, nesta fase final do texto, pois demonstra não só a potencialidade – várias vezes evidenciada neste estudo – de a literatura reorganizar debates históricos em sociedade, mas também que a literatura tem diversas potencialidades que surgem consoante o momento histórico vivido, ou por outras palavras, o contexto. De facto, o contexto evidencia-se um elemento de grande importância para o surgimento de um “género” ou “subgénero” e para a sua receção, como se tentou demonstrar.

Com efeito, num plano mais amplo, na *Era das Catástrofes*, a literatura de testemunho – independentemente de se tratar da corrente do Holocausto ou do *testimonio* hispano-americano ou da “literatura da ditadura” – exibiu o potencial que o género literário pode atingir no campo da recuperação da empatia do ser humano, da preservação da memória da catástrofe e do resgate de vozes oprimidas, contribuindo para a abertura de debates sobre as várias dimensões de um fenómeno, em sociedade. Por seu turno, a nível pessoal, a literatura, ao permitir o recurso a diversos modelos discursivos, é apropriada para a expressão do trauma, permitindo ao sobrevivente a aplicação dos mecanismos que considerar convenientes para relatar a sua experiência.

Concretamente, a “literatura da ditadura” pressupõe a denúncia das atrocidades cometidas pelo regime militar contra a oposição e de outras injustiças sociais, o que, no fundo, se enquadra nos aspetos que se considerou serem as potencialidades da literatura na *Era das Catástrofes*. De facto, esta produção dos guerrilheiros urbanos atuou no sentido de recuperar acontecimentos complementares à História oficial. Aliás, este foi um dos fatores determinantes para o sucesso de *O que é isso, companheiro?*, como se verificou.

Deste modo, através da teorização dos elementos da literatura de testemunho em articulação com a autobiografia, aplicada ao primeiro livro de Fernando Gabeira, conclui-se que estes são os principais suportes da “literatura da ditadura”. Neste sentido, respondendo à questão de investigação, que consiste na averiguação da existência de uma “literatura da ditadura” e da forma como esta pode ser construída, conclui-se que, de facto, há um conjunto de textos que pode incluir este “subgénero”. Efetivamente, a obra é um depoimento de participação na ação armada, uma denúncia do modo como o regime militar encarava a oposição e um relato de prisão e conseqüente tortura, ou seja, é uma narrativa sobre uma

²⁴⁶ Seligmann-Silva, Márcio – *op. cit.*, 2005, p.85.

violência extrema e traumática. A autobiografia está presente dado que a obra consiste na exposição de uma experiência individual em que autor, narrador e protagonista são equivalentes e, simultaneamente, porque é o veículo que permite que o autor efetue a autorreflexão e a autocrítica, elementos que contribuem para a tentativa do sobrevivente reencontrar um eu anterior ao trauma.

Por outro lado, no livro em estudo observa-se uma relação com o jornalismo. Desde logo, num contexto de regimes ditatoriais, o jornalismo deve ter uma vertente de denúncia para que o indivíduo possa formular uma opinião informada sobre várias dimensões do acontecimento, como se verificou que foi o objetivo da imprensa alternativa e, em parte, do romance-reportagem. Neste sentido, a “literatura da ditadura” comporta uma função semelhante, pretendendo denunciar a crueldade do Estado contra os seus inimigos internos, as prisões e torturas praticadas. Ao nível da escrita e da organização textual registam-se algumas parecenças, pelo recurso a uma escrita acessível e uma lógica cronológica, salvaguardando algumas exceções. Existem, como mencionado, influências do jornalismo literário; todavia tal como se referiu, não é possível considerá-lo um elemento constitutivo de importância equiparada à da literatura de testemunho e da autobiografia. No fundo, é um recurso, ou seja, o autor utiliza pontualmente as técnicas estilísticas do *New Journalism*, como este estudo pretendeu evidenciar.

Pelo exposto, é possível afirmar a existência de uma “literatura da ditadura” enquanto “subgénero” formado pela literatura de testemunho, autobiografia e com influências do jornalismo literário. A par da obra em estudo, existem outras que podem integrar este “subgénero”, a que se fez referência nesta análise e às quais foi possível ter acesso, em Portugal, como por exemplo, o segundo livro de Fernando Gabeira, *O crepúsculo do macho; Diário de Fernando e Batismo de Sangue: Memória de uma guerrilha e morte de Carlos Marighella*, ambos de Frei Betto; *Os carbonários: Memórias de uma guerrilha perdida* de Alfredo Syrkis; *Em câmara lenta* de Renato Tapajós; *Soledad no Recife* de Urariano Mota; e *Quatro-olhos* de Renato Pompeu. Com efeito, estes textos têm em comum os elementos constitutivos principais, a literatura de testemunho e a autobiografia. No que concerne ao jornalismo literário, é arriscado argumentar a sua presença nestas várias obras, motivo pelo qual se considera esta dinâmica como uma influência ou contaminação e não um elemento de base. Neste sentido, o recurso ao estudo de caso foi adequado, pela impossibilidade de analisar um vasto conjunto de textos numa dissertação de mestrado. Porém, manifesta-se uma dificuldade, a impossibilidade de uma declaração firme de que existem elementos do jornalismo literário em todas as obras da “literatura da ditadura”.

Com efeito, as narrativas que integram a “literatura da ditadura” constituem denúncias, em primeira pessoa, da desumanidade do regime militar, cujas bases são a literatura de testemunho e a autobiografia. Por outro lado, considera-se paralelamente, que é plausível admitir a existência de influências do jornalismo literário, observando-se uma ténue fronteira entre o relato de factos reais e a exposição de elementos fictícios. Em suma, atendendo à síntese agora exposta, o presente estudo encara esta produção literária elaborada pelos guerrilheiros urbanos que combateram o regime militar brasileiro – a “literatura da ditadura” – como um subgénero da literatura testemunhal.

Referências Bibliográficas

- Betto, Frei (2006) *Batismo de Sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella*, Rio de Janeiro: Rocco
- Betto, Frei (2009) *Diário de Fernando. Nos cárceres da ditadura militar brasileira*, Rio de Janeiro: Rocco.
- Código deontológico do jornalista português. Disponível em <https://jornalistas.eu/novo-codigo-deontologico/> Acedido a 02/08/2022
- De Man, Paul (1979) *Autobiography as De-facement*, disponível em [Autobiography as De-facement on JSTOR](#) Acedido a 08/07/2022.
- Dijk, Teun A. Van (2017) *Discurso, notícia e ideologia: Estudos na análise crítica do discurso*, Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.
- Dockhorn, Gilvan Silva (2014) “A Guerra Fria e o golpe civil-militar de 1964 no Brasil” in *Revista Portuguesa de História* nº45, Imprensa da Universidade de Coimbra: Coimbra.
- Dockhorn, Gilvan Veiga (2020) “A transição no Brasil como redefinição do Estado autoritário” in Dockhorn, Gilvan Veiga, Nunes, João Paulo Avelãs, Konrad, Dorge Alcenio (coords.) *Brasil e Portugal. Ditaduras e transições para a democracia*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Fausto, Boris (1997) *História do Brasil*, São Paulo, Edusp: Fundação para o Desenvolvimento da Educação.
- Felman, Shoshana (2000) “Educação e crise, ou as vicissitudes do ensinar” in Netrovsky, Arthur, Seligmann-Silva, Márcio (org.) *Catástrofe e Representação*, São Paulo: Escuta.
- Filho, Daniel Aarão Reis (1997) “Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60” in Gaspari, Elio, *Versões e ficções: o sequestro da história*, Editora Fundação Perseu Abramo

- Franco, Renato (2003) “Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70” in Seligmann-Silva, Márcio (org.) *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*, Campinas: Editora da Unicamp.
- Gabeira, Fernando (2008) *O crepúsculo do macho*, Rio de Janeiro: Coderi.
- Gabeira, Fernando (2016) *O que é isso, companheiro?*, Rio de Janeiro: Estação Brasil.
- Gabeira, Fernando “Carta sobre a Anistia” p. 25. Disponível em [Biblioteca Brasil Nunca Mais - DocReader Web \(docvirt.com\)](#) Acedido a 11/07/2022.
- Gesteira, Luiz André Maia Guimarães (2014) – “A Guerra Fria e as ditaduras militares na América do Sul”, *Scientia plena* 10 (2).
- Ghon, Maria da Glória (1995) *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*, São Paulo: Edições Loyola.
- Ginzburg, Jaime (2012) “Escritas da tortura” in Ginzburg, Jaime, *Crítica em tempos de violência*, São Paulo: Edusp, Fapesp.
- Ginzburg, Jaime (2012) “Impacto da Violência e Constituição do Sujeito: Um problema de Autobiografia” in Ginzburg, Jaime *Crítica em tempos de violência*, São Paulo: Edusp, Fapesp.
- Ginzburg, Jaime (2012) “Linguagem e trauma na escrita do testemunho” in Ginzburg, Jaime, *Crítica em tempos de violência*, São Paulo: Edusp, Fapesp.
- Ginzburg, Jaime (2012) “Literatura Brasileira após Auschwitz” in Ginzburg, Jaime, *Crítica em tempos de violência*, São Paulo: Edusp, Fapesp.
- Ginzburg, Jaime (2012) “Literatura Brasileira: Autoritarismo, violência, melancolia” in Ginzburg, Jaime, *Crítica em tempos de violência*, São Paulo: Edusp, Fapesp.
- Ginzburg, Jaime (2013) *Literatura, violência e melancolia*, Campinas: Autores Associados.
- Godinho, Jacinto (2017) A minha vida não dava um filme: Ensaio de desconstrução da reportagem entre a literatura e o jornalismo. Em A. T. Peixinho & B. Araújo, *Narrativa e Media: Géneros, figuras e contextos* (1.a ed., pp. 183–202). Imprensa da Universidade de Coimbra. https://doi.org/10.14195/978-989-26-1324-6_7 Acedido a 24/05/2022

- Hobsbawm, Eric (2011) *A Era dos Extremos*, Quêzuz de Baixo: Editorial Presença.
- Konrad, Diorge Alceno (2020) “Resistência e Distensão: A Ditadura civil-militar no Brasil (1974-1979)” in Dockhorn, Gilvan Veiga, Nunes, João Paulo Avelãs, Konrad, Diorge Alceno (coords.) *Brasil e Portugal. Ditaduras e transições para a democracia*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Kucinski, Bernardo (2018) *Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- La Capra, Dominick (2014) *Writing History, Writing Trauma*, Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Lejeune, Philippe (2008) *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*, Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Lemos, Renato Luís do Couto (2014) “Contrarrevolução, ditadura e democracia no Brasil” in Silva, Carla Luciana, Calil, Gilberto Grassi, Silva, Marco António Both da (coords.) *Ditaduras e democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)*, Porto Alegre: FMC Editora.
- Loureiro, Felipe Pereira “Dois pesos, duas medidas: os acordos financeiros de maio de 1961 entre Brasil e Estados Unidos durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962) in *Economia e Sociedade, volume 22 (2)*, disponível em <https://www.scielo.br/j/ecos/a/7KwN4pzt438ZNjQ77XxMbtP/abstract/?lang=pt> .
Acedido a 08/07/2022.
- Marco, Valéria de (2004) “A literatura de testemunho e a violência de Estado” in *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, Disponível em <http://www.scielo.br/j/ln/a/QDGzySCvq7RH8YwGGvJzqzr/abstract/?lang=pt>.
[Acedido a 08/07/2022](#)
- Marighella, Carlos (1975) *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos*, Asírio e Alvim.
- Mesa, Yanes R. (2004) *Géneros periodísticos y géneros anexos: Una propuesta metodológica para el estudio de los textos publicados en prensa*, Madrid: Fragua.

- Motta, Rodrigo Patto Sá (2014) *Universidades e o regime militar*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.
- Moura, Tatiana (2010) *Novíssimas guerras: espaços, identidades e espirais de violência armada*, Coimbra: Almedina.
- Nogueira, Ana C. S. (2010) *Realidade Vestida de Ficção no Romance-reportagem de Valério Meinel*, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.
- Padrós, Enrique Serra (2020) “Ditadura Brasileira: Reflexões e polêmicas no cinquentenário do golpe de Estado (em perspectiva conesulense)” in Dockhorn, Gilvan Veiga, Nunes, João Paulo Avelãs, Konrad, Diorge Alceno (coords.) *Brasil e Portugal. Ditaduras e transições para a democracia*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Penna, João Camillo (2003) “Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispano-americano” in Seligmann-Silva, Márcio (org.) *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*, Campinas: Editora da Unicamp.
- Reis, Carlos (2008) *Dicionário de estudos narrativos*, Coimbra: Edições Almedina.
- Ribeiro, António Sousa (2013) “Introdução e a representação da violência e a violência da representação” in Ribeiro, António Sousa (org.) *Representações da violência*, Coimbra: Almedina.
- Schneider, Sabrina (2014) “Ditadura Militar e literatura «parajornalística»: desconstruindo relações” in *Estudos de Literatura Brasileira contemporânea*, nº 43, p. 111-132, jan./jun.
- Schwarcz, Lilia Muritz, Starling, Heloisa Murgel (2014) *Brasil: Uma Biografia*, Lisboa: Temas e debates – Círculo de Leitores.
- Seligmann-Silva, Márcio (2000) “A História como trauma” in Nestrovsky, Arthur, Seligmann-Silva, Márcio (org.) *Catástrofe e Representação*, São Paulo: Escuta.
- Seligmann-Silva, Márcio (2003) “Apresentação” in Seligmann-Silva, Márcio (org.) *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*, Campinas: Editora da Unicamp.

- Seligmann-Silva, Márcio “O testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes in *Projeto História*, São Paulo, (30), p.71-98, jun. 2005, p. 85. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2255> Acedido a 08/07/2022
- Silva, Mário Augusto Medeiros (2008) *Os escritores da guerrilha urbana: literatura de testemunho, ambivalência e transição política (1977-1984)*, São Paulo: Annablume; Fapesp.
- Syrkis, Alfredo (1980) *Os carbonários. Memórias da guerrilha perdida*, São Paulo: Global Editora.
- Tapajós, Renato (1977) *Em câmara lenta*, São Paulo: Alfa-Omega.
- Toledo, Caio Navarro de (2004) “1964: O golpe contra as reformas e a democracia” in *Revista Brasileira de História*, Associação Nacional de História.
- Villaneuva, Dario (1993) *Realidad e ficción: la paradoja de la autobiografía* in *Escritura autobiográfica*, edición de José Romera, Alicia Yllera, Mario García-Page y Rosa Calvet. Madrid: Visor Libros, pp. 15-32.
- Waizbort, L. (2013) “A trilogia do retorno de Fernando Gabeira” in *Escritos: Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa*, v.7 n.7, 41-92.
- Weise, Angélica F. (2013) “Jornalismo Literário: análise de reportagens de José Hamilton Ribeiro na revista Realidade in *Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação*, São Paulo, março-maio.
- Yvancos, José María Pozuelo (2006) *De la autobiografía. Teoría y estilos*. Barcelona: Editorial Crítica.
- «1970: Grupo chega à Argélia, e libertação de embaixador é esperada no Rio», *Folha de S. Paulo*, 15 de junho de 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2020/06/1970-grupo-chega-a-argelia-e-libertacao-de-embaixador-e-esperada-no-rio.shtml>. Acedido a 11/07/2022
- «As muitas histórias e vidas de Fernando Gabeira», *Jornal da USP (blog)*, 16 de fevereiro de 2021. Disponível em <https://jornal.usp.br/cultura/as-muitas-historias-e-vidas-de-fernando-gabeira/>. Acedido a 11/07/2022